

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	9
DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	19
DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	20
Demonstração do Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	89
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	91

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	590.714
Preferenciais	442.783
Total	1.033.497
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	11.037.314	10.155.646
1.01	Ativo Circulante	2.309.808	2.736.401
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	188.682	75.395
1.01.01.01	Caixa e Bancos	321	422
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	188.361	74.973
1.01.03	Contas a Receber	119.404	117.747
1.01.03.01	Clientes	119.404	117.747
1.01.03.01.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias	119.404	117.747
1.01.06	Tributos a Recuperar	95.976	90.237
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	95.976	90.237
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.905.746	2.453.022
1.01.08.03	Outros	1.905.746	2.453.022
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	809.873	1.598.887
1.01.08.03.03	Dividendos a receber	315.220	75.288
1.01.08.03.04	Outras contas a receber e outros ativos	47.338	44.016
1.01.08.03.05	Ativo de contrato de concessão	733.315	734.831
1.02	Ativo Não Circulante	8.727.506	7.419.245
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.776.791	3.626.563
1.02.01.04	Contas a Receber	17.871	17.871
1.02.01.04.01	Clientes	17.871	17.871
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.758.920	3.608.692
1.02.01.10.03	Títulos e valores mobiliários	4.631	4.586
1.02.01.10.05	Outras contas a receber	17.537	17.533
1.02.01.10.06	Depósitos judiciais	26.435	25.354
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	175.403	44.107
1.02.01.10.10	Ativo de contrato de concessão	3.534.914	3.517.112
1.02.02	Investimentos	4.816.264	3.659.377
1.02.02.01	Participações Societárias	4.816.264	3.659.377
1.02.03	Imobilizado	53.855	54.657
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	22.238	22.622
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	31.617	32.035
1.02.04	Intangível	80.596	78.648
1.02.04.01	Intangíveis	80.596	78.648

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	11.037.314	10.155.646
2.01	Passivo Circulante	947.218	925.980
2.01.02	Fornecedores	25.882	48.026
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	25.882	48.026
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	25.882	48.026
2.01.03	Obrigações Fiscais	28.898	25.500
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	27.436	24.170
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	110	152
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.352	1.178
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	789.714	739.821
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	8.237	7.941
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.514	6.516
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.723	1.425
2.01.04.02	Debêntures	773.666	724.086
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	7.811	7.794
2.01.05	Outras Obrigações	102.724	112.633
2.01.05.02	Outros	102.724	112.633
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11	11
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	65.996	64.557
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	36.717	48.065
2.02	Passivo Não Circulante	4.785.807	4.302.871
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.255.484	3.827.499
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	518.813	409.664
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	13.313	14.936
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	505.500	394.728
2.02.01.02	Debêntures	3.711.143	3.392.155
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	25.528	25.680
2.02.02	Outras Obrigações	37.304	27.115
2.02.02.02	Outros	37.304	27.115
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	16.285	25.844
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	21.019	1.271
2.02.03	Tributos Diferidos	468.684	425.055
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	468.684	425.055
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	253.979	210.301
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	214.705	214.754
2.02.04	Provisões	24.335	23.202
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	22.394	21.261
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	12.404	12.404
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.484	4.057
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.506	4.800
2.02.04.02	Outras Provisões	1.941	1.941
2.02.04.02.04	Provisões para desmobilização de ativos	457	457
2.02.04.02.05	Outras	1.484	1.484
2.03	Patrimônio Líquido	5.304.289	4.926.795
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	598.736	598.736

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.03.04	Reservas de Lucros	1.299.331	1.286.024
2.03.04.01	Reserva Legal	433.057	433.057
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	501.234	501.234
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	289.970	289.970
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	61.763	61.763
2.03.04.10	Outros Resultados Abrangentes	13.307	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	364.187	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	323.289	223.727
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-26.953	-23.810
3.02.01	Pessoal	-13.449	-9.910
3.02.02	Material	-6.114	-7.118
3.02.03	Serviços de Terceiros	-5.401	-4.745
3.02.04	Depreciação e Amortização	-1.219	-1.107
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-770	-930
3.03	Resultado Bruto	296.336	199.917
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	225.807	47.063
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-33.314	-33.553
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-21.272	-20.924
3.04.02.02	Serviços de terceiros	-7.024	-6.445
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-2.066	-2.227
3.04.02.04	Outras despesas gerais e administrativas	-2.952	-3.957
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	259.121	80.616
3.04.06.01	Resultado de equivalência patrimonial	259.121	80.616
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	522.143	246.980
3.06	Resultado Financeiro	-117.895	-63.256
3.06.01	Receitas Financeiras	5.775	13.490
3.06.02	Despesas Financeiras	-123.670	-76.746
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	404.248	183.724
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-40.061	-24.142
3.08.01	Corrente	-3.239	-20.883
3.08.02	Diferido	-36.822	-3.259
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	364.187	159.582
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	364.187	159.582
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,35238	0,15441
3.99.01.02	PN	0,35238	0,15441
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,35238	0,15441
3.99.02.02	PN	0,35238	0,15441

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2020 à 31/03/2020	01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	364.187	159.582
4.02	Outros Resultados Abrangentes	13.307	0
4.02.01	Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros derivativos	13.307	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	377.494	159.582

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	221.625	220.756
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	54.495	47.733
6.01.01.01	Resultado do período	364.187	159.582
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-259.121	-80.616
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	1.716	1.766
6.01.01.04	Juros, variações cambiais líquidas e ajuste a valor justo sobre empréstimos e financ.	114.017	6.387
6.01.01.05	Juros e variações monetárias sobre Debêntures	98.336	68.467
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social correntes	3.239	20.883
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	36.822	3.259
6.01.01.08	Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis	1.342	91
6.01.01.09	Tributos Diferidos	-49	-4.563
6.01.01.11	(Reversão) para compensação ambiental	-98	0
6.01.01.12	Receita de construção	-1.088	-7.978
6.01.01.13	Ganho Instrumentos financeiros derivativos	-92.460	-583
6.01.01.14	Provisão (reversão) de Parcela Variável	679	-3.675
6.01.01.15	Remuneração de aplicações financeiras	-5.775	-13.490
6.01.01.16	Custo de construção	194	4.192
6.01.01.17	Remuneração do ativo de contrato de concessão	-118.135	-114.642
6.01.01.18	Correção monetária do ativo de contrato de concessão	-91.576	6.339
6.01.01.19	Depreciação do direito de uso	1.569	1.568
6.01.01.20	Juros sobre passivo de arrendamento	696	746
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	167.130	173.023
6.01.02.02	Redução no contas a receber e do ativo de contrato de concessão	192.177	246.228
6.01.02.03	(Aumento) no Saldo de Impostos e Contr. Sociais Ativos Líquidos do Passivo	-1.491	-7.460
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-4.089	-16.981
6.01.02.05	(Aumento) no saldo de outros ativos	-4.408	-156.509
6.01.02.06	(Redução) no saldo de fornecedores	-22.336	-23.611
6.01.02.07	Aumento (redução) no Saldo de Taxas Regulamentares	1.439	-1.716
6.01.02.08	(Redução) aumento no saldo de outras contas a pagar	-21.022	133.072
6.01.02.11	Dividendos recebidos de coligadas	26.860	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-373.092	-202.046
6.02.01	Redução (aumento) no Saldo de Títulos e Valores Mobiliários	794.745	-238.752
6.02.04	(Adições) no Imobilizado e Intangível	-3.279	-775
6.02.05	Aumento de capital nas controladas em conjunto	-99.500	-44.500
6.02.07	Aumento de capital nas controladas	-251.408	81.981
6.02.08	Aquisição de controladas	-813.650	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	264.754	-18.588
6.03.01	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-1.623	-1.622
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-2.949	-3.380
6.03.04	Pagamento de Debêntures - Juros	-7.024	-9.214
6.03.05	Pagamento de Instrumentos Financeiros Derivativos	-1.232	-2.427
6.03.07	Captação de debêntures	279.564	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.03.10	Pagamento de passivo de arrendamento	-1.982	-1.945
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	113.287	122
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	75.395	19.480
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	188.682	19.602

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	598.736	1.286.024	0	0	4.926.795
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	598.736	1.286.024	0	0	4.926.795
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	364.187	13.307	377.494
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	364.187	0	364.187
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	13.307	13.307
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	13.307	13.307
5.07	Saldos Finais	3.042.035	598.736	1.286.024	364.187	13.307	5.304.289

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	935.510	0	0	4.572.052
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	935.510	0	0	4.572.052
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	159.582	0	159.582
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	159.582	0	159.582
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	935.510	159.582	0	4.731.634

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	355.945	255.461
7.01.02	Outras Receitas	355.945	255.461
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.941	-22.646
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.539	-18.308
7.02.04	Outros	-3.402	-4.338
7.03	Valor Adicionado Bruto	334.004	232.815
7.04	Retenções	-3.285	-3.334
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.285	-3.334
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	330.719	229.481
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	264.896	94.106
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	259.121	80.616
7.06.02	Receitas Financeiras	5.775	13.490
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	595.615	323.587
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	595.615	323.587
7.08.01	Pessoal	29.194	26.399
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.484	16.767
7.08.01.02	Benefícios	8.966	8.314
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.744	1.318
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	78.564	60.860
7.08.02.01	Federais	78.198	60.556
7.08.02.02	Estaduais	65	63
7.08.02.03	Municipais	301	241
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	123.670	76.746
7.08.03.01	Juros	212.353	74.854
7.08.03.03	Outras	-88.683	1.892
7.08.03.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	-92.460	-583
7.08.03.03.02	Outros	3.081	1.729
7.08.03.03.03	Arrendamentos	696	746
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	364.187	159.582
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	364.187	159.582

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	12.352.048	11.229.976
1.01	Ativo Circulante	3.228.146	3.568.430
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	209.548	82.562
1.01.01.01	Caixa e bancos	10.715	757
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	198.833	81.805
1.01.03	Contas a Receber	151.599	128.177
1.01.03.01	Clientes	151.599	128.177
1.01.03.01.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias	151.599	128.177
1.01.06	Tributos a Recuperar	109.394	101.782
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	109.394	101.782
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.757.605	3.255.909
1.01.08.03	Outros	2.757.605	3.255.909
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	1.458.261	2.337.228
1.01.08.03.03	Dividendos a receber	240.033	101
1.01.08.03.04	Outras contas a receber e outros ativos	70.753	62.605
1.01.08.03.05	Ativo de contrato de concessão	988.547	855.975
1.01.08.03.06	Depósitos vinculados	11	0
1.02	Ativo Não Circulante	9.123.902	7.661.546
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.842.384	5.359.039
1.02.01.04	Contas a Receber	18.869	18.869
1.02.01.04.01	Clientes	18.869	18.869
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.823.515	5.340.170
1.02.01.10.03	Títulos e valores mobiliários	9.353	4.586
1.02.01.10.05	Outras contas a receber	34.164	18.691
1.02.01.10.06	Depósitos judiciais	34.274	33.176
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	175.403	44.107
1.02.01.10.10	Ativo de contrato de concessão	6.570.321	5.239.610
1.02.02	Investimentos	2.145.237	2.167.408
1.02.02.01	Participações Societárias	2.145.237	2.167.408
1.02.03	Imobilizado	55.626	56.439
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	22.431	22.667
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	33.195	33.772
1.02.04	Intangível	80.655	78.660
1.02.04.01	Intangíveis	80.655	78.660

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	12.352.048	11.229.976
2.01	Passivo Circulante	1.039.895	996.501
2.01.02	Fornecedores	81.122	91.200
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	81.122	91.200
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	81.122	91.200
2.01.03	Obrigações Fiscais	46.084	40.731
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	40.979	35.918
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	918	1.605
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.187	3.208
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	795.536	743.002
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	13.332	10.395
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	11.609	8.970
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.723	1.425
2.01.04.02	Debêntures	773.666	724.086
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	8.538	8.521
2.01.05	Outras Obrigações	117.153	121.568
2.01.05.02	Outros	117.153	121.568
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11	11
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	71.895	68.796
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	45.247	52.761
2.02	Passivo Não Circulante	6.007.864	5.306.680
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.105.097	4.600.202
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	579.530	414.557
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	74.030	19.829
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	505.500	394.728
2.02.01.02	Debêntures	4.499.056	4.158.834
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	26.511	26.811
2.02.02	Outras Obrigações	41.480	30.407
2.02.02.02	Outros	41.480	30.407
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	18.554	29.136
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	21.019	1.271
2.02.02.02.05	Fornecedores	1.907	0
2.02.03	Tributos Diferidos	828.129	644.332
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	828.129	644.332
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	424.393	309.427
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	403.736	334.905
2.02.04	Provisões	33.158	31.739
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	31.213	29.794
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	12.405	14.978
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.554	4.058
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	13.254	10.758
2.02.04.02	Outras Provisões	1.945	1.945
2.02.04.02.04	Provisões para desmobilização de ativos	461	461
2.02.04.02.05	Outras	1.484	1.484
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.304.289	4.926.795
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.03.02	Reservas de Capital	598.736	598.736
2.03.04	Reservas de Lucros	1.299.331	1.286.024
2.03.04.01	Reserva Legal	433.057	433.057
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	501.234	501.234
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	289.970	289.970
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	61.763	61.763
2.03.04.10	Outros Resultados Abrangentes	13.307	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	364.187	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	690.417	342.250
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-219.327	-81.181
3.02.01	Pessoal	-16.163	-10.540
3.02.02	Material	-194.851	-63.470
3.02.03	Serviços de Terceiros	-6.512	-5.074
3.02.04	Depreciação e Amortização	-1.376	-1.159
3.02.05	Outros custos operacionais	-425	-938
3.03	Resultado Bruto	471.090	261.069
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	108.478	-6.935
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-36.643	-35.370
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-22.442	-22.202
3.04.02.02	Serviços de terceiros	-7.793	-6.656
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-2.070	-2.227
3.04.02.04	Outras despesas gerais e administrativas	-4.338	-4.285
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	145.121	28.435
3.04.06.01	Resultado de equivalência patrimonial	145.121	28.435
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	579.568	254.134
3.06	Resultado Financeiro	-134.859	-64.178
3.06.01	Receitas Financeiras	12.956	15.892
3.06.02	Despesas Financeiras	-147.815	-80.070
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	444.709	189.956
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-80.522	-30.374
3.08.01	Corrente	-6.368	-22.369
3.08.02	Diferido	-74.154	-8.005
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	364.187	159.582
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	364.187	159.582
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	364.187	159.582
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,35238	0,15441
3.99.01.02	PN	0,35238	0,15441
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,35238	0,15441
3.99.02.02	PN	0,35238	0,15441

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	364.187	159.582
4.02	Outros Resultados Abrangentes	13.307	0
4.02.01	Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros derivativos	13.307	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	377.494	159.582
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	377.494	159.582

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	83.081	185.827
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	59.306	49.295
6.01.01.01	Resultado líquido do período	364.187	159.582
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-145.121	-28.435
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	1.718	1.766
6.01.01.04	Juros, variações cambiais líquidas e ajuste a valor justo sobre empréstimos e financ.	114.120	6.765
6.01.01.05	Juros e variações monetárias sobre debêntures	121.186	71.071
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social correntes	6.368	22.369
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	74.154	8.005
6.01.01.08	Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis	1.624	47
6.01.01.09	Tributos Diferidos	28.592	733
6.01.01.11	(Reversão) para compensação ambiental	-98	0
6.01.01.12	Receita de construção	-315.391	-111.768
6.01.01.13	Ganho Instrumentos financeiros derivativos	-92.460	-583
6.01.01.14	(Reversão) de Parcela Variável	-162	-4.542
6.01.01.15	Remuneração de aplicações financeiras	-12.956	-15.892
6.01.01.16	Custo de Construção	185.571	60.154
6.01.01.17	Remuneração do ativo de contrato de concessão	-148.881	-124.740
6.01.01.18	Correção monetária do ativo de contrato de concessão	-125.603	2.380
6.01.01.19	Depreciação do direito de uso	1.728	1.620
6.01.01.20	Juros sobre passivo de arrendamento	730	763
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	23.775	136.532
6.01.02.02	Redução no contas a receber e do ativo de contrato de concessão	227.770	271.516
6.01.02.03	(Aumento) no Saldo de Impostos e Contr. Sociais Ativos Líquidos do Passivo	-937	-7.914
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social pagos	-8.939	-17.908
6.01.02.05	(Aumento) no saldo de outros ativos	-4.240	-5.299
6.01.02.06	(Redução) no Saldo de Fornecedores	-197.016	-81.557
6.01.02.07	Aumento (redução) no saldo de taxas regulamentares	1.861	-2.953
6.01.02.08	(Redução) no Saldo de Outras Contas a Pagar	-21.584	-19.353
6.01.02.11	Dividendos recebidos das coligadas	26.860	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	24.286	-406.349
6.02.01	Redução (aumento) no Saldo de Títulos e Valores Mobiliários	932.821	-361.074
6.02.04	(Adições) no Imobilizado e Intangível	-3.277	-775
6.02.05	Aumento de capital nas controladas em conjunto	-99.500	-44.500
6.02.09	Aquisição de controladas, líquidos do caixa adquirido	-805.758	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	19.619	220.534
6.03.01	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-244.188	-2.234
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-3.719	-3.439
6.03.04	Pagamento de Debêntures - Juros	-7.024	-9.214
6.03.05	Pagamento de Instrumentos Financeiros Derivativos	-1.232	-2.427
6.03.06	Captação de novos empréstimos	0	29.858
6.03.07	Captação de Debêntures	277.946	209.997

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.03.10	Pagamento de passivo de arrendamento	-2.164	-2.007
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	126.986	12
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	82.562	20.869
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	209.548	20.881

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	598.736	1.286.024	0	0	4.926.795	0	4.926.795
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	598.736	1.286.024	0	0	4.926.795	0	4.926.795
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	364.187	13.307	377.494	0	377.494
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	364.187	0	364.187	0	364.187
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	13.307	13.307	0	13.307
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	13.307	13.307	0	13.307
5.07	Saldos Finais	3.042.035	598.736	1.286.024	364.187	13.307	5.304.289	0	5.304.289

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	935.510	0	0	4.572.052	0	4.572.052
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	935.510	0	0	4.572.052	0	4.572.052
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	159.582	0	159.582	0	159.582
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	159.582	0	159.582	0	159.582
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	935.510	159.582	0	4.731.634	0	4.731.634

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	758.786	383.552
7.01.02	Outras Receitas	758.786	383.552
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-213.530	-79.854
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-209.156	-75.200
7.02.04	Outros	-4.374	-4.654
7.03	Valor Adicionado Bruto	545.256	303.698
7.04	Retenções	-3.446	-3.386
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.446	-3.386
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	541.810	300.312
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	158.077	44.327
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	145.121	28.435
7.06.02	Receitas Financeiras	12.956	15.892
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	699.887	344.639
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	699.887	344.639
7.08.01	Pessoal	32.458	28.029
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.483	17.664
7.08.01.02	Benefícios	10.018	8.974
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.957	1.391
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	155.427	76.958
7.08.02.01	Federais	155.006	76.637
7.08.02.02	Estaduais	73	78
7.08.02.03	Municipais	348	243
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	147.815	80.070
7.08.03.01	Juros	235.306	77.836
7.08.03.03	Outras	-87.491	2.234
7.08.03.03.01	Instrumentos financeiros Derivativos	-92.460	-583
7.08.03.03.02	Outros	4.239	2.054
7.08.03.03.03	Arrendamentos	730	763
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	364.187	159.582
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	364.187	159.582

Comentário do Desempenho



COMENTÁRIO DO DESEMPENHO EM 31 DE MARÇO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Principais acontecimentos até 31 de março de 2020 e eventos subsequentes

17/01/2020 - A Companhia concluiu a captação de recursos de longo prazo através da 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor total de R\$300.000.

20/01/2020 - A EDTE concluiu a última energização, referente ao trecho LT 230kV Poções III – Poções II. Com isso, a Companhia conclui a entrega do empreendimento EDTE cumprindo o Capex ANEEL e adicionando uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$69.147 para o ciclo 2019-2020.

14/02/2020 - A Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações de São João Transmissora de Energia S.A. e São Pedro Transmissora de Energia S.A., por meio do pagamento do valor total de R\$753.168, após o cumprimento das condições suspensivas aplicáveis à aquisição das ações. Adicionalmente, a Companhia celebrou o aditivo ao Contrato, por meio do qual, houve a necessidade de renegociação de certos termos e condições, bem como a ampliação de indenizações e garantias, previstos no Contrato, a fim de neutralizar possíveis contingências surgidas após a sua assinatura.

13/03/2020 - Após o cumprimento de todas as condições precedentes e aprovação dos órgãos de governança, a Taesa concluiu a aquisição de 100% das ações representativas do capital social total e votante da Rialma Transmissora de Energia I S.A. ("Rialma I"), por meio do pagamento do valor total de R\$60.482.

16/03/2020 - A Companhia efetuou o pagamento de juros referente a 4ª emissão de debêntures juros no montante de R\$ 7.024.

16/03/2020 - AGE da Companhia aprovou o aumento de capital R\$10.000 na controlada Mariana.

08/04/2020 - Em 08 de abril de 2020 foi concluída a captação de recursos de longo prazo da Companhia no valor total de R\$450.000, através da emissão de 450.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, taxa de juros CDI + 2,85% a.a., vencimento 08 de abril de 2022, pagamento total do principal no vencimento.

30/04/2020 - A AGO da Companhia aprovou a destinação do Lucro Líquido do exercício de 2019. Os dividendos adicionais propostos a pagar no valor de R\$61.762 serão pagos no dia 15 de maio de 2020 com base na posição acionária de 06 de maio de 2020.

Comentário do Desempenho

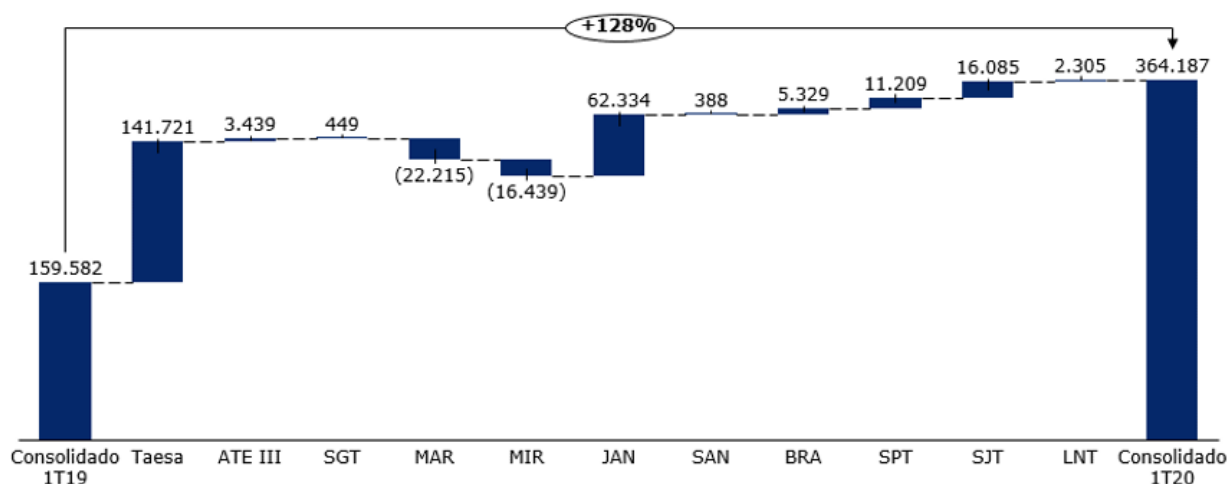


DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO NO 1º TRIMESTRE DE 2020

1. Resultado Líquido do Período

A Taesa alcançou um resultado líquido consolidado de R\$364.187 no 1T20, apresentado um aumento de 128,2% em relação ao resultado do 1T19.

Variações do Resultado Líquido - 1T20 x 1T19



1.1 Receita Operacional Líquida (ROL)

A ROL é composta pela receita operacional bruta e pelas deduções sobre a receita bruta.

	1T20	1T19	Var.	Var. %
ROL	690.417	342.250	348.167	101,7%

1.1.1 Receita operacional bruta (ROB)

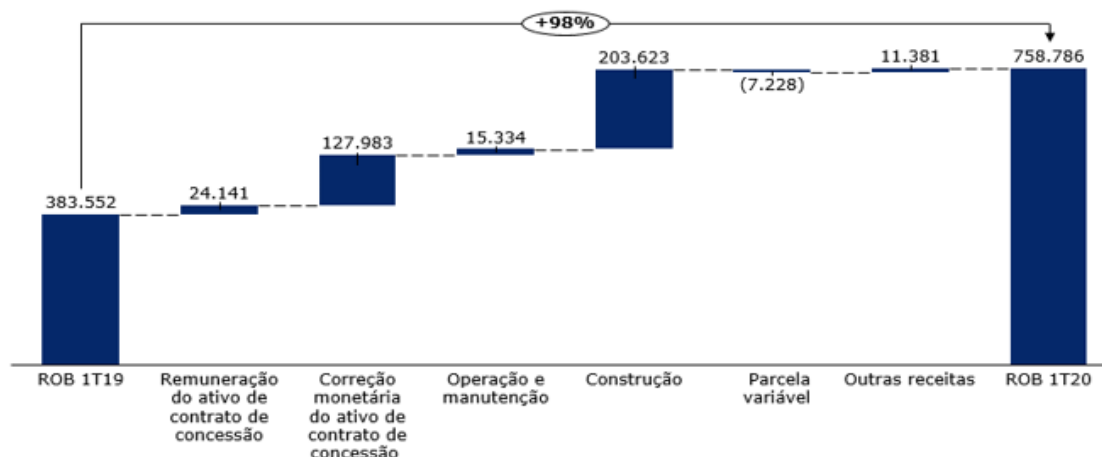
A ROB é composta pela receita de remuneração do ativo de contrato de concessão, correção monetária do ativo de contrato de concessão, receita de operação e manutenção (O&M), receita de construção, parcela variável e por outras receitas.

	1T20	1T19	Var.	Var. %
Remuneração do ativo de contrato de concessão	148.881	124.740	24.141	19,4%
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	125.603	(2.380)	127.983	5377,4%
Operação e manutenção	161.252	145.918	15.334	10,5%
Construção	315.391	111.768	203.623	182,2%
Parcela variável	(6.359)	869	(7.228)	-831,8%
Outras receitas	14.018	2.637	11.381	431,6%
Total	758.786	383.552	375.234	97,8%

Comentário do Desempenho



Variação da ROB - 1T20 x 1T19



Remuneração do ativo de contrato de concessão – Calculada pela multiplicação da taxa do projeto sobre o saldo do ativo de contrato de concessão, durante os períodos de operação. O crescimento 19,4% na comparação entre o 1T20 e 1T19 deve-se basicamente à (i) consolidação dos resultados das empresas Brasnorte (consolidada a partir de junho de 2019), São João e São Pedro (adquiridas em 14 de fevereiro de 2020) e Lagoa Nova (adquirida em 13 de março de 2020), (ii) entrada em operação da concessão de Miracema ao fim de 2019, e (iii) à conclusão dos reforços da Novatrans entre novembro de dezembro de 2019

Correção monetária do ativo de contrato de concessão – Baseada no reajuste mensal pela inflação. No 1T20, IGP-M apresentou uma inflação de 2,54% e o IPCA de 1,62%, enquanto em 1T19, o IGP-M apresentou uma deflação de 0,20% e o IPCA uma inflação 0,90%.

Operação e manutenção – O crescimento de 10,5% da receita de O&M na comparação entre 1T20 e 1T19 refere-se, basicamente, (i) ao reajuste inflacionário do ciclo 2019-2020, de 7,64% no IGP-M e 4,66% no IPCA, considerando a variação entre os períodos de julho de 2019 a junho de 2020, conforme Resolução Homologatória nº 2.565/19; (ii) consolidação dos resultados das empresas adquiridas, (iii) a conclusão dos reforços da Novatrans entre outubro e novembro de 2019, e (iv) pela entrada em operação da Miracema ao fim de 2019.

Construção – A partir da adoção do CPC 47 as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de construção, um dos componentes da receita de construção. Os juros de remuneração do ativo também são adicionados à receita de construção durante o período pré-operacional. O crescimento anual de 182,2% na receita de construção se deve basicamente aos maiores investimentos em Janaúba e Sant'Ana que foram compensados em parte pelos menores investimentos em Miracema (concluída integralmente em 29 de novembro de 2019) e a não contabilização da receita de construção do empreendimento Mariana desde o 3T19 (o limite de investimentos definidos no caso-base do leilão para o cálculo da margem de construção de Mariana foi ultrapassado no 3T19).

Parcela Variável (PV) – A variação refere-se, basicamente às reversões de provisões no primeiro trimestre do ano passado que superaram os eventos ocorridos naquele período e aos maiores desligamentos e provisões ocorridos no 1T20.

Outras receitas – O aumento refere-se, basicamente, a contabilização de receita referente aos primeiros 3 meses de operação da concessão Miracema.

Comentário do Desempenho



1.1.2 Deduções sobre a ROB

As deduções sobre a ROB são compostas de PIS, COFINS, ISS, e quotas para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA.

	1T20	1T19	Var.	Var. %
PIS e COFINS - Corrente	(21.936)	(20.040)	(1.896)	9,5%
PIS e COFINS - Diferido	(28.592)	(733)	(27.859)	3800,7%
ISS	(91)	(45)	(46)	102,2%
Encargos setoriais:				
- RGR	(10.981)	(13.738)	2.757	-20,1%
- P&D	(3.711)	(3.625)	(86)	2,4%
- TFSEE	(1.336)	(1.381)	45	-3,3%
- CDE	(1.175)	(866)	(309)	35,7%
- PROINFA	(547)	(874)	327	-37,4%
	(17.750)	(20.484)	2.734	-13,3%
	(68.369)	(41.302)	(27.067)	65,5%

Deduções da receita bruta: O aumento de 65,5% na comparação entre 1T20 e 1T19 ocorreu basicamente: (i) em função do PIS e da COFINS diferidos que foram impactadas pelo aumento da receita bruta, e (ii) pela consolidação das empresas adquiridas.

1.2 Custos e despesas operacionais

	1T20	1T19	Var.	Var. %
Pessoal	(38.605)	(32.742)	(5.863)	17,9%
Material	(194.851)	(63.470)	(131.381)	207,0%
- Construção e reforço	(185.571)	(60.154)	(125.417)	208,5%
- Custo de O&M	(8.960)	(3.261)	(5.699)	174,8%
- Outros materiais	(320)	(55)	(265)	481,8%
Serviços de Terceiros	(14.305)	(11.730)	(2.575)	22,0%
Outros	(4.763)	(5.223)	460	-8,8%
Subtotal	(252.524)	(113.165)	(139.359)	123,1%
Depreciação e Amortização	(3.446)	(3.386)	(60)	1,8%
Custos e despesas	(255.970)	(116.551)	(139.419)	119,6%

Pessoal – O aumento de 17,9% no custo e despesa de pessoal refere-se, basicamente, à (i) consolidação das empresas adquiridas, e (ii) aplicação do acordo coletivo de 2019, (iii) programa de meritocracia e promoções, (iv) aumento no número de funcionários.

Material: O aumento de 207,0% entre o 1T20 e o 1T19 refere-se, basicamente, pela evolução dos empreendimentos em construção nas concessões Janaúba, Sant'ana e Mariana, parcialmente compensado pelos menores investimentos na concessão Miracema.

Serviços de terceiros: O aumento de 22,0% entre o 1T20 e o 1T19 deve-se, basicamente à: (i) contratação de consultorias específicas para elaboração do planejamento estratégico, melhor eficiência em participações de leilões de transmissão da ANEEL e referenciamento de custos da Companhia, e (ii) consolidação das empresas adquiridas.

Outros: Redução de 8,8% entre o 1T20 e o 1T19 refere-se, basicamente, (i) à redução em doações e patrocínios a atividades culturais, artísticas e audiovisuais, (ii) pela consolidação das empresas adquiridas.

Depreciação e amortização: O aumento de 1,8% se deve basicamente pela remensuração de contratos de arrendamentos financeiros dentro do escopo do CPC 06 (R2), o que gerou um aumento na depreciação do 1T20 em comparação ao 1T19.

Comentário do Desempenho



1.3 Resultado de Equivalência Patrimonial

	1T20	1T19	Var.	Var. %
ETAU	3.667	1.331	2.336	175,5%
BRASNORTE	-	816	(816)	-100,0%
AIMORÉS	16.920	(581)	17.501	-3012,2%
PARAGUAÇÚ	24.856	2.034	22.822	1122,0%
IVAÍ	(3.267)	964	(4.231)	-438,9%
Grupo TBE	95.058	23.577	71.481	303,2%
TRANSMINEIRAS	7.887	294	7.593	2582,7%
Total	145.121	28.435	116.686	410,4%

O aumento de 410,4% no resultado de equivalência patrimonial refere-se, basicamente à: (i) variação positiva de receita de correção monetária em razão dos índices macroeconômicos registrados nos períodos comparados (no 1T20 o IGP-M foi de 2,54% e o IPCA de 1,63% e no 1T19 o IGP-M foi de -0,20% e o IPCA de 0,90%), (ii) maiores investimentos (CAPEX) nas concessões em construção Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, e (iii) pela aquisição de 100% das ações da Brasnorte e aumento na participação na ETAU e nas "Transmineiras" no 2T19.

1.4 Resultado Financeiro

	1T20	1T19	Var.	Var. %
Rendimentos de aplicação financeira	12.956	15.892	(2.936)	-18,5%
Receitas financeiras	12.956	15.892	(2.936)	-18,5%
Juros incorridos	(75.770)	(46.025)	(29.745)	64,6%
Variações monetárias	(54.630)	(31.228)	(23.402)	74,9%
Ajuste ao valor Justo	(12.446)	-	(12.446)	100,0%
Total de despesas financeiras atreladas às dívidas	(142.846)	(77.253)	(65.593)	84,9%
Arrendamento mercantil	(730)	(763)	33	-4,3%
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	(4.239)	(2.054)	(2.185)	106,4%
Despesas financeiras	(147.815)	(80.070)	(67.745)	84,6%
Resultado financeiro líquido	(134.859)	(64.178)	(70.681)	110,1%

Receitas Financeiras: A redução de 18,5% entre os períodos comparados se deu por conta da queda do CDI acumulado do trimestre (1T20 4,1% X 1T19 6,2%) e pela queda da rentabilidade acumulada dos fundos de investimentos (1T20 59,89% do CDI x 1T19 109,01% do CDI), por conta da crise provocada pela Covid-19 iniciada no 1T20.

Juros incorridos: O aumento de 64,6% dos juros incorridos na comparação entre 1T20 e 1T19 refere-se, basicamente, ao maior volume de dívida em função da 6ª, 7ª e 8ª emissão de debêntures da Taesa, 1ª e 2ª emissão de debêntures de Janaúba e do financiamento preexistente do BNB de R\$62.749 de Lagoa Nova, adquirida em março de 2020.

Variações monetárias: A variação refere-se, basicamente, à: (i) maior volume de dívida em função da 6ª, 7ª e 8ª emissão de debêntures da Taesa, e da 1ª e 2ª emissão de debêntures de Janaúba, (ii) aumento do índice do IPCA entre os períodos comparados (1,63% no 1T20 e 0,90% no 1T19), e (iii) financiamento preexistente do BNB de R\$62.749 de Lagoa Nova, adquirida em março de 2020.

Ajuste ao valor Justo: A partir de agosto de 2019 ocorreram operações de derivativos (swaps CDI x IPCA no total de R\$400.000), para proteção parcial da 1ª série da 6ª emissão de debêntures, com remuneração em CDI, ocorrendo a variação apresentada entre os períodos comparados. Esse volume do 1T20 é resultado de ajustes realizados do período de dez/19 até mar/20, devido a adoção da metodologia de hedge accounting para essas operações (CDI x IPCA) a partir de 02/01/20.

Comentário do Desempenho



Arrendamento Mercantil: A redução 4,3% no 1T20 em comparação ao 1T19 deve-se basicamente pelas amortizações dos contratos de arrendamento entre os períodos comparados.

Outras receitas (despesas) financeiras: A variação deve-se principalmente à: (i) aumento de despesas em função das emissões das debêntures da Taesa e Janaúba, como serviços de agentes fiduciários, bancos mandatários e a maiores despesas com custódia de ações (ii) aumento das despesas de PIS/COFINS sobre as aplicações financeiras, (iii) consolidação das empresas adquiridas.

1.5 Impostos de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

	1T20	1T19	Var.	Var. %
IRPJ e CSLL correntes	(6.368)	(22.369)	16.001	-71,5%
IRPJ e CSLL diferidos	(74.154)	(8.005)	(66.149)	826,3%
	(80.522)	(30.374)	(50.148)	165,1%

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL – Lucro Real	1T20	1T19	Var.	Var. %
Lucro antes dos impostos	444.709	189.956	254.753	134,1%
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(151.201)	(64.585)	(86.616)	134,1%
Equivalência patrimonial	49.341	9.668	39.673	410,4%
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	12.560	13.851	(1.291)	-9,3%
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades	487	1.439	(952)	-66,2%
Outros	8.291	9.253	(962)	-10,4%
Despesa de IRPJ e CSLL	(80.522)	(30.374)	(50.148)	165,1%
Alíquota efetiva	18%	16%	-	2pp

A variação na despesa de IRPJ e CSLL reconhecido no resultado na comparação entre o 1T20 e o 1T19 acompanhou o aumento registrado no lucro antes dos impostos. O aumento da alíquota efetiva é explicado pela redução do benefício SUDAM/SUDENE devido à queda no lucro real, base para o reconhecimento do imposto corrente, em função principalmente dos ajustes fiscais para fins de tributação do ativo de contrato e das maiores despesas financeiras, acarretando em um menor aproveitamento do benefício fiscal do período.

2. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") prestam serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto desde março de 2017 até 31 de março de 2020, pelo montante de R\$1.479. O montante será atualizado para os outros exercícios pelo IPCA de março de cada ano. As políticas da Taesa na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

CVM - BM&FBOVESPA

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)****1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Praça XV de novembro, 20, salas 601 e 602, Centro, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, com o seguinte objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN;
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (a) estudos e atividades de planejamento e construção das instalações relativas ao projeto; (b) análises químicas de materiais e equipamentos; (c) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções, comissionamento, operação e manutenção de sistemas; (d) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (e) suporte técnico;
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregados;
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades, participar de leilões e desenvolver qualquer outra atividade conexa, afim, complementar ou que seja, de qualquer forma, útil para obtenção do objeto social;
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista; e
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalações de outras concessionárias, além de serviços complementares ligados a atividades de engenharia, ensaios e pesquisa.

Controladores - Possuem controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e a ISA Investimentos e Participações do Brasil.

Controladas, controladas em conjunto e coligadas

Controladas: ATE III, SGT, MAR, MIR, JAN, SAN, BRAS, SJT, SPT e LNT (Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A., nova razão social da Rialma I).

Controladas em conjunto: ETAU, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí.

Coligadas: (a) com participação direta: EATE, ECTE, ENTE e ETEP; (b) com participação indireta: STC, ESDE, Lumitrans, ETSE e ESTE; e (c) com participação direta e indireta: EBTE, ERTE, EDTE, Transleste, Transirapé e Transudeste. As empresas Transleste, Transirapé e Transudeste são denominadas, em conjunto, "Transmineiras", as demais empresas são denominadas, em conjunto, "Grupo TBE".

As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, não possuem ações negociadas em bolsas de valores e são domiciliadas no Brasil com sede nos seguintes Estados: Rio de Janeiro (ATE III, SGT, MAR, MIR, JAN, ETAU, BRAS, SAN, SJT, SPT e LNT), Santa Catarina (Lumitrans, STC e ECTE), São Paulo (Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, ERTE, EBTE, ETEP, ETSE, EATE, ENTE, ESDE e ESTE), Minas Gerais (Transleste, Transudeste e Transirapé) e Bahia (EDTE).

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Todas as empresas nas quais a Companhia possui participação têm por objeto social principal operar e usar as concessões de serviços públicos de transmissão de energia para implementar, operar e manter as instalações da rede básica do SIN por um período de 30 anos.

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta							
	Concessão	Aquisição(*) constituição(**)	Início	Participação Direta e Indireta	Localidade	Km(a) (Não revisado)	SE (b)
		Contrato de Concessão	Término				
Taesa	Transmissora Sudeste Nordeste S.A. ("TSN")	06/06/2006 (*) 097/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Bahia e Goiás	1.139	8
	Novatrans Energia S.A. ("NVT")	06/06/2006 (*) 095/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Distrito Federal, Goiás, Maranhão e Tocantins	1.278	6
	Munirah Transmissora de Energia S.A. ("Munirah")	06/06/2006 (*) 006/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Bahia	106	2
	Goiânia Transmissora de Energia S.A. ("Gtesa")	30/11/2007 (*) 001/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba e Pernambuco	52	3
	Paraíso-Açu Transmissora de Energia S.A. ("Patesa")	30/11/2007 (*) 087/2002	11/12/2002 11/12/2032	100%	Rio Grande do Norte	146	4
	Empresa de Transmissão de Energia do Oeste Ltda. ("ETEO")	31/05/2008 (*) 040/2000	12/05/2000 12/05/2030	100%	São Paulo	505	3
	Sul Transmissora de Energia S.A. ("STE")	30/11/2011 (*) 081/2002	19/12/2002 19/12/2032	100%	Rio Grande do Sul	389	4
	ATE Transmissora de Energia S.A. ("ATE")	30/11/2011 (*) 003/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Paraná e São Paulo	370	3
	ATE II Transmissora de Energia S.A. ("ATE II")	30/11/2011 (*) 011/2005	15/03/2005 15/03/2035	100%	Bahia, Piauí e Tocantins	942	4
	Nordeste Transmissora de Energia S.A. ("NTE")	30/11/2011 (*) 002/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba, Pernambuco e Alagoas	383	4
Controladas	ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III")	30/11/2011 (*) 001/2006	27/04/2006 27/04/2036	100%	Pará e Tocantins	454	4
	São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT")	06/06/2012 (**) 024/2012	27/08/2012 27/08/2042	100%	Minas Gerais	n/a	1
	Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR") (c)	18/12/2013 (**) 011/2014	02/05/2014 02/05/2044	100%	Minas Gerais	85	2
	Miracema Transmissora de Energia S.A. ("MIR")	26/04/2016 (**) 017/2016	27/06/2016 27/06/2046	100%	Tocantins	90	3
	Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN") (c)	09/11/2016 (**) 015/2017	10/02/2017 10/02/2047	100%	Minas Gerais e Bahia	542	3
	Sant'ana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("SAN") (c)	11/01/2019 (**) 012/2019	22/03/2018 22/03/2048	100%	Rio Grande do Sul	590	5
	Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("BRAS")	17/09/2007 (**) 003/2008	17/03/2008 17/03/2038	100%	Mato Grosso	402	4
	São João Transmissora de Energia S.A. ("SJT")	14/02/2020 (*) 08/2013	01/08/2013 01/08/2043	100%	Piauí	408	2
	São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("SPT")	14/02/2020 (*) 015/2013	09/10/2013 09/10/2043	100%	Bahia e Piauí	418	6
	Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("LNT")	13/03/2020 (*) 30/2017	11/08/2017 11/08/2047	100%	Rio Grande do Norte	28	2

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta							
	Concessão	Aquisição(*) constituição(**) Contrato de Concessão	Início Término	Participação Direta e Indireta	Localidade	Km(a) (Não revisado)	SE (b)
Controladas em Conjunto	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU")	28/12/2007 (*) 082/2002	18/12/2002 18/12/2032	75,6193%	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	188	4
	Interligação Elétrica Aimorés S.A. ("Aimorés") (c)	18/11/2016 (**) 04/2017	10/02/2017 10/02/2047	50%	Minas Gerais	208	2
	Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. ("Paraguaçu") (c)	18/11/2016 (**) 03/2017	10/02/2017 10/02/2047	50%	Minas Gerais e Bahia	338	2
	Interligação Elétrica Ivaí S.A. ("Ivaí") (c)	17/05/2017 (**) 22/2017	11/08/2017 11/08/2047	50%	Paraná	600	5
Coligadas	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE")	31/05/2013 (*) 042/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	Pará e Maranhão	927	5
	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP")	31/05/2013 (*) 043/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	Pará	324	2
	Empresa Catarinense Transmissão de Energia S.A. ("ECTE")	31/05/2013 (*) 088/2000	01/11/2000 01/11/2030	19,09%	Santa Catarina	253	2
	Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE")	31/05/2013 (*) 085/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará e Maranhão	459	3
	Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE")	31/05/2013 (*) 083/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará	155	3
	Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC")	31/05/2013 (*) 006/2006	27/04/2006 27/04/2036	39,98%	Santa Catarina	230	4
	Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans")	31/05/2013 (*) 007/2004	18/02/2004 18/02/2034	39,98%	Santa Catarina	40	2
	EBTE Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE")	31/05/2013 (*) 011/2008	16/10/2008 16/10/2038	74,49%	Mato Grosso	782	7
	ESDE Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE")	31/05/2013 (*) 025/2009	19/11/2009 19/11/2039	49,98%	Minas Gerais	n/a	1
	ETSE Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("ETSE")	31/05/2013 (*) 006/2012	10/05/2012 10/05/2042	19,09%	Santa Catarina	n/a	2
	Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ("ESTE") (c)	11/11/2016 (*) 19/2017	10/02/2017 10/02/2047	49,98%	Minas Gerais e Espírito Santo	236	2
	Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. ("EDTE")	26/03/2018 (*) 015/2016	01/12/2016 01/12/2046	49,99%	Bahia	167	3
	Companhia Transleste de Transmissão S.A. ("Transleste")	17/10/2013 (*) 009/2004	18/02/2004 18/02/2034	54,00%	Minas Gerais	139	2
	Companhia Transudeste de Transmissão S.A. ("Transudeste")	17/10/2013 (*) 005/2005	04/03/2005 04/03/2035	54,00%	Minas Gerais	145	2
	Companhia Transirapé de Transmissão S.A. ("Transirapé")	17/10/2013 (*) 012/2005	15/03/2005 15/03/2035	54,00%	Minas Gerais	61	2
Total geral						13.579	128

- (a) Quilômetros ("km") oriundos do leilão para as concessões em construção e oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para as concessões já em operação.
- (b) O valor total referente às subestações não corresponde a soma das subestações representadas na tabela, pois foram desconsideradas subestações repetidas;
- (c) As linhas de transmissão estão em processo de construção e a data prevista para energização é: MAR – junho de 2020, Sant'Ana - junho de 2021, Aimorés, Paraguaçu, JAN e ESTE – fevereiro de 2022 e Ivaí - agosto de 2022.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Aquisição de ativos operacionais de transmissão de energia - Em 17 de dezembro de 2018 a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Participações e Outras Avenças com Âmbar Energia Ltda. e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão, tendo como objeto a aquisição pela Companhia (a) de 100% das ações representativas do capital total e votante da São João Transmissora de Energia S.A. ("SJT") e da São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("SPT"), e (b) de 51% das ações representativas do capital total e votante da Triângulo Mineiro Transmissora de Energia S.A. ("TMT") e da Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. ("VSB"). A operação de compra e venda de ações previa a possibilidade de realização de fechamentos para os quatro ativos em datas distintas. Em 14 de fevereiro de 2020, a Taesa concluiu a aquisição de 100% das ações de São João Transmissora de Energia S.A. e São Pedro Transmissora de Energia S.A., por meio do pagamento do valor total de R\$753.168, após o cumprimento das condições suspensivas aplicáveis à aquisição das ações. Adicionalmente, a Companhia celebrou o aditivo ao Contrato, por meio do qual, houve a necessidade de renegociação de certos termos e condições, bem como a ampliação de indenizações e garantias, previstos no Contrato, a fim de neutralizar possíveis contingências surgidas após a sua assinatura. Além disso, a Taesa informa que efetuou o pagamento do saldo remanescente das dívidas de SJT e SPT referentes aos contratos de financiamento celebrados com a Caixa Econômica Federal, totalizando a quantia de R\$242.681. A Taesa, juntamente com os vendedores, vem fazendo esforços para consumação da aquisição de 51% das ações representativas do capital total e votante da Triângulo Mineiro Transmissora de Energia S.A. e da Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.

Conclusão da aquisição de Rialma I - Em 13 de março de 2020, a Taesa concluiu, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a aquisição de 100% das ações representativas do capital social total e votante da Rialma Transmissora de Energia I S.A. ("Rialma I"), por meio do pagamento do valor total de R\$60.482. A razão social da Rialma I foi alterada para Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("LNT").

2. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

No primeiro trimestre de 2020, a Taesa finalizou as aquisições das participações nas empresas São João Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("SJT"), São Pedro Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("SPT") e Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("LNT"). Devido às características do setor de transmissão de energia, as investidas adotam contabilmente o "Ativo de Contrato de Concessão", advindo da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de contratos com clientes. Considerando que as concessões são firmadas com o Poder Concedente, reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e que os contratos de concessão estabelecem um direito de receber caixa sem nenhum risco de demanda (RAP - Receita Anual Permitida), a Companhia identificou e avaliou o valor justo dos ativos e passivos com base no pronunciamento técnico CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios. Os ativos de contrato de concessão das investidas foram avaliados com base na metodologia de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente e os respectivos impostos diferidos foram reconhecidos. O fluxo de caixa foi descontado utilizando as taxas de desconto que refletem avaliações correntes de mercado e as características de cada contrato de concessão.

	SJT	SPT	LNT
Data da aquisição	14/02/2020	14/02/2020	13/03/2020
Preço pago	399.029	354.139	60.482
Participação adquirida	100%	100%	100%
Valor contábil	387.909	518.943	48.776
Valor justo	399.029	354.139	60.482
Mais (menos) valia apurada	11.120	(164.804)	11.706

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):

A Companhia apurou em caráter provisório os valores da combinação de negócio de acordo com o tópico 45 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer.

Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. O período de mensuração termina quando o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um ano da data da aquisição. A Companhia não possui expectativa de alterações que possam modificar a posição dos resultados obtidos na combinação de negócio.

Os valores justos dos Patrimônios Líquidos das empresas adquiridas foram calculados considerando o Nível 3 da hierarquia apresentada nos parágrafos 72 e seguintes do CPC 46 – Mensuração do valor justo, e foram determinados a partir do método da renda utilizando o fluxo de caixa descontado.

Os ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data das aquisições foram reconhecidos a valor justo e estão demonstrados a seguir:

SJT

Valores justos reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição	SJT		
	Valor contábil	Ajuste ao valor justo	Valor justo
Ativos			
Disponibilidades	3.558	-	3.558
Títulos e valores mobiliários	13.895	-	13.895
Contas a receber	2.152	-	2.152
Créditos fiscais	221	-	221
Outros	6.514	-	6.514
Ativo de contrato de concessão	530.124	11.923	542.047
	556.464	11.923	568.387
Passivos			
Fornecedores	251	-	251
Impostos e contribuições	1.408	-	1.408
Empréstimos e financiamentos	128.718	-	128.718
Impostos diferidos	16.289	367	16.656
Tributos diferidos	19.303	436	19.739
Outros passivos	2.586	-	2.586
	168.555	803	169.358
Total dos ativos identificáveis, líquidos	387.909	11.120	399.029

Na data de aquisição foram reconhecidos os valores justos do ativo de contrato de concessão e dos impostos e tributos diferidos.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A SJT contribuiu com receitas de R\$17.476 e lucro líquido de R\$16.084 da data de aquisição até 31 de março de 2020 nas demonstrações consolidadas. Caso o controle da SJT tivesse sido adquirido desde 1º de janeiro de 2020, teria sido acrescentado, na demonstração do resultado, R\$21.761 às receitas e R\$29.928 ao resultado líquido do período.

SPT

Valores justos reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição	SPT		
	Valor contábil	Ajuste ao valor justo	Valor justo
Ativos			
Disponibilidades	1.488	-	1.488
Títulos e valores mobiliários e outros investimentos	27.050	-	27.050
Contas a receber	3.726	-	3.726
Créditos fiscais	625	-	625
Outros	14.066	-	14.066
Ativo de contrato de concessão	633.093	(176.674)	456.419
	680.048	(176.674)	503.374
Passivos			
Fornecedores	2.878	-	2.878
Impostos e contribuições	610	-	610
Empréstimos e financiamentos	113.962	-	113.962
Impostos diferidos	19.087	(5.441)	13.646
Tributos diferidos	22.620	(6.449)	16.171
Contingências possíveis	-	20	20
Outros passivos	1.948	-	1.948
	161.105	(11.870)	149.235
Total dos ativos identificáveis, líquidos	518.943	(164.804)	354.139

Na data de aquisição, além dos valores justos do ativo de contrato de concessão e dos impostos diferidos, foi reconhecido um passivo contingente com o valor justo de R\$20, representados por 50% das contingências possíveis.

A SPT contribuiu com receitas de R\$14.663 e lucro líquido de R\$11.210 da data de aquisição até 31 de março de 2020 nas demonstrações consolidadas. Caso o controle da SPT tivesse sido adquirido desde 1º de janeiro de 2020, teria sido acrescentado, na demonstração do resultado, R\$19.617 às receitas e R\$19.270 ao resultado líquido do período.

LNT

Valores justos reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição	Lagoa Nova		
	Valor contábil	Ajuste ao valor justo	Valor justo
Ativos			
Disponibilidades	2.846	-	2.846
Títulos e valores mobiliários e outros investimentos	4.719	-	4.719
Contas a receber	1.479	-	1.479
Créditos fiscais	6	-	6
Outros	111	-	111
Ativo de contrato de concessão	106.065	12.550	118.615
	115.226	12.550	127.776
Passivos			
Fornecedores	146	-	146
Impostos e contribuições	83	-	83
Empréstimos e financiamentos	59.017	-	59.017
Impostos diferidos	3.267	386	3.653
Tributos diferidos	3.871	458	4.329
Outros passivos	66	-	66

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Valores justos reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição	Lagoa Nova		
	Valor contábil	Ajuste ao valor justo	Valor justo
	66.450	844	67.294
Total dos ativos identificáveis, líquidos	48.776	11.706	60.482

Na data de aquisição foram reconhecidos os valores justos do ativo de contrato de concessão e dos impostos e tributos diferidos.

A LNT contribuiu com receitas de R\$2.455 e lucro líquido de R\$2.304 da data de aquisição até 31 de março de 2020 nas demonstrações consolidadas. Caso o controle da LNT tivesse sido adquirido desde 1º de janeiro de 2020, teria sido acrescentado, na demonstração do resultado, R\$1.281 nas receitas e haveria uma redução de R\$301 no resultado líquido do período.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1 Declaração de conformidade

As informações intermediárias da Companhia compreendem as informações intermediárias individuais da controladora, identificadas como controladora, e as informações intermediárias consolidadas, identificadas como consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia optou por apresentar essas informações intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As informações intermediárias consolidadas incluem as informações intermediárias da Taesa e de entidades controladas, detalhadas nas notas explicativas nº 1 e nº 12. O controle é obtido quando a Companhia tem poder sobre a investida, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar este poder para afetar seus retornos.

As empresas nas quais a Companhia mantém o controle conjunto ou possui influência significativa são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

As informações intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas para divulgação pela Administração e analisadas pelo Conselho Fiscal em 14 de maio de 2020.

3.2 Base de mensuração

As informações intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações intermediárias individuais e consolidadas o uso de estimativas e julgamentos é uniforme com aquele utilizado quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. Desta forma, essas informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

3.5 Informações por segmento

O Grupo Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST.

3.6 Sazonalidade

O Grupo Taesa não possui sazonalidade em suas operações.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das informações intermediárias, as principais práticas contábeis adotadas são uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, publicadas no Diário Oficial em 16 de março de 2020. Desta forma, essas informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo de 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2020, a Companhia designou para hedge accounting de fluxo de caixa, derivativos como instrumentos de proteção de parte de suas debêntures emitidas. As novas políticas contábeis foram apresentadas na nota explicativa nº 4.1

4.1 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente: A Companhia passou a utilizar instrumentos financeiros derivativos, como swaps de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de juros e os designou em estruturas de hedge accounting. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Para fins de contabilidade de hedge, a Companhia classificou os instrumentos com *Hedge de Fluxo de Caixa*.

No início de uma relação de hedge, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de hedge na qual pretende aplicar a contabilidade de hedge, bem como o objetivo da Companhia e estratégia de gestão de risco para o hedge. Essa documentação inclui: identificação do instrumento de hedge, identificação do item de hedge ou transação sendo coberta, a natureza do risco a ser coberto e dos riscos excluídos, e análise da eficácia do hedge demonstrando que há relação econômica entre item protegido e instrumento de hedge, que o efeito do risco de crédito não influencia as alterações do valor justo decorrentes da relação de hedge e como é determinado o índice de hedge para avaliar a eficácia prospectivamente incluindo possíveis fontes de inefetividade, que pode ser tanto qualitativa (desde que os termos do item protegido sejam idênticos aos do instrumento de hedge – valor nominal, vencimentos, indexadores) como quantitativa.

A contabilidade do hedge de fluxo de caixa é reconhecida da seguinte forma:

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, e, caso a proteção deixe de atender ao índice de hedge, mas o objetivo do gerenciamento de risco permanece inalterado, a Companhia deve ajustar "reequilibrar" o índice de hedge para atender os critérios de qualificação. Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de hedge (inclusive decorrentes do "reequilíbrio" do índice de hedge) é uma inefetividade, e, portanto, deve ser reconhecida no resultado.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado junto com a transação objeto de hedge ao afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

A Companhia deve descontinuar prospectivamente a contabilização de hedge somente quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação (após levar em consideração qualquer reequilíbrio da relação de proteção).

Se a ocorrência da transação prevista não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como hedge for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

A Companhia utiliza contratos de swap para oferecer proteção contra a sua exposição ao risco de incremento nas taxas de juros pós-fixadas relacionadas às suas transações com debêntures.

4.2 Normas e interpretações novas e revisadas

4.2.1. Novas normas aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2020:

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB International Accounting Standards Board, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 4.19.2 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	10.715	757	321	422
Aplicações financeiras	198.833	81.805	188.361	74.973
	209.548	82.562	188.682	75.395

Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
CDB e Operações Compromissadas	103,21% do CDI	99,66% do CDI	102,25% do CDI	99,97% do CDI

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Investimento em cotas de fundos, CDBs e Compromissadas	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
"Pampulha" (a)	829.768	1.202.739	403.364	766.625
"Fundo BNB" (b)	4.722	-	-	-
"BTG Pactual CDB Plus" (c)	-	161.873	-	79.861
"Af Invest Geraes" (d)	238.768	337.588	238.768	337.588
"Af Invest Geraes 30" (e)	60.654	61.894	60.654	61.894
"Itaú Active FIX 5" (f)	107.087	273.257	107.087	273.257
Aplicação Financeira - CDB	221.984	299.877	-	79.662
Outros	4.631	4.586	4.631	4.586
	1.467.614	2.341.814	814.504	1.603.473
Ativo circulante	1.458.261	2.337.228	809.873	1.598.887
Ativo não circulante	9.353	4.586	4.631	4.586

(a) Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - Fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas. O fundo Pampulha possui liquidez imediata.

(b) Fundo BNB Automático - Fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco BNB, que tem como característica aplicar em títulos de emissão do Tesouro Nacional com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito. Fundo constituído para atender às cláusulas restritivas do contrato de financiamento com o BNB.

(c) Fundo BTG Pactual CDB Plus - Fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco BTG Pactual, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento, títulos públicos federais e títulos privados com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito. O fundo Itaú Gold possui liquidez imediata.

(d) Fundo Af Invest Geraes - Fundo não exclusivo, sob administração e gestão da AF Invest Administração de Recursos Ltda, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento, títulos públicos federais e títulos privados com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito. Fundo com carência de 1 dia para liquidação do resgate.

(e) Fundo Af Invest Geraes 30 - Fundo não exclusivo, sob administração e gestão da AF Invest Administração de Recursos Ltda, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento, títulos públicos federais e títulos privados com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito. Fundo com carência de 30 dias para liquidação do resgate.

(f) Fundo ITAÚ BBA RF crédito privado Active fix 5 - Fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco Itaú, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento, títulos públicos federais e títulos privados com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito. Fundo com carência de 4 dias para liquidação do resgate.

Taxa média de rentabilidade anual dos TVM	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Fundos, CDB e Compromissadas	59,89% do CDI	102,31% do CDI	39,23% do CDI	102,23% do CDI

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS, E ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Composição	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Concessionárias e permissionárias	177.627	154.367	140.727	138.391
Parcela variável (a)	(7.159)	(7.321)	(3.452)	(2.773)
	170.468	147.046	137.275	135.618
Circulante	151.599	128.177	119.404	117.747
Não circulante (b)	18.869	18.869	17.871	17.871

- (a) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos no trimestre findo em 31 de março de 2020 e no exercício de 2019, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, será deduzida dos próximos recebimentos.
- (b) Saldo refere-se à usuários que contestaram a cobrança dos montantes determinados pelo ONS nas esferas administrativa e judicial. A Companhia acompanha a evolução dos processos administrativos junto ao ONS e a ANEEL, aguardando, também, a decisão dos processos judiciais

Movimentação da parcela variável	31/12/2019	Adição (*)	Reversão (*)	31/03/2020
Consolidado	(7.321)	1.120	(958)	(7.159)
Controladora	(2.773)	832	(1.511)	(3.452)

(*) Valor provisionado da parcela variável do período, líquido dos valores descontados, conforme AVC.

Saldo de clientes por vencimento	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/03/2020	31/12/2019
Consolidado	151.371	5.183	21.073	177.627	154.367
Controladora	117.327	4.092	19.308	140.727	138.391

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

Mutações do ativo de contrato de concessão							
Concessão	31/12/2019	Adição (a)	Aquisição	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/03/2020
TSN	594.711	531	-	15.014	11.017	(17.698)	603.575
Munirah	52.139	3	-	1.496	920	(6.312)	48.246
Gtesa	23.225	-	-	624	530	(807)	23.572
Patesa	103.235	2	-	1.916	2.123	(3.200)	104.076
ETEO	349.030	-	-	8.796	7.991	(12.862)	352.955
NVT	1.187.077	460	-	43.624	27.400	(51.360)	1.207.201
NTE	296.414	35	-	10.485	6.610	(11.894)	301.650
STE	251.791	30	-	6.287	5.654	(8.004)	255.758
ATE	552.189	13	-	12.634	11.600	(34.401)	542.035
ATE II	842.132	14	-	17.259	17.731	(47.975)	829.161
Total Controladora	4.251.943	1.088	-	118.135	91.576	(194.513)	4.268.229
Circulante	734.831						733.315
Não circulante	3.517.112						3.534.914
MAR	185.328	-	-	148	41	(187)	185.330
ATE III	531.783	12	-	8.687	7.128	(23.422)	524.188
SGT	66.005	-	-	812	1.016	(1.177)	66.656
MIR	513.066	2.305	-	4.319	(585)	(4.663)	514.442
JAN	302.902	293.735	-	-	-	-	596.637
BRAS	209.698	-	-	5.655	3.132	(6.330)	212.155
SAN	34.860	15.322	-	-	-	-	50.182
SJT	-	-	542.047	5.522	14.415	(6.880)	555.104
SPT	-	2.929	456.419	4.739	7.308	(6.045)	465.350
LNT	-	-	118.615	864	1.572	(456)	120.595
Total Consolidado	6.095.585	315.391	1.117.081	148.881	125.603	(243.673)	7.558.868
Circulante	855.975						988.547
Não circulante	5.239.610						6.570.321

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Mutações do ativo de contrato de concessão							
Concessão	31/12/2018	Adição (a)	Aquisição	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/12/2019
TSN	585.450	2.176	-	56.757	16.505	(66.177)	594.711
Munirah	67.927	(426)	-	7.124	1.866	(24.352)	52.139
Gtesa	24.110	(718)	-	2.469	830	(3.466)	23.225
Patesa	106.628	(203)	-	7.662	6.133	(16.985)	103.235
ETEO	352.449	(1.329)	-	34.938	12.591	(49.619)	349.030
NVT	1.014.653	225.603	-	150.118	31.805	(235.102)	1.187.077
NTE	319.181	(6.589)	-	41.913	10.325	(68.416)	296.414
STE	261.437	1.075	-	24.930	15.507	(51.158)	251.791
ATE	611.105	440	-	53.590	19.775	(132.721)	552.189
ATE II	942.473	(17.923)	-	72.692	29.950	(185.060)	842.132
Total Controladora	4.285.413	202.106	-	452.193	145.287	(833.056)	4.251.943
Circulante	772.021						734.831
Não circulante	3.513.392						3.517.112
MAR	154.011	31.317	-	-	-	-	185.328
ATE III	573.324	(759)	-	36.365	14.460	(91.607)	531.783
SGT	65.353	-	-	3.218	2.037	(4.603)	66.005
MIR	287.009	226.003	-	232	107	(285)	513.066
JAN	90.984	211.918	-	-	-	-	302.902
BRAS	-	-	208.777	13.070	2.520	(14.669)	209.698
SAN	-	34.860	-	-	-	-	34.860
Total Consolidado	5.456.094	705.445	208.777	505.078	164.411	(944.220)	6.095.585
Circulante	863.892						855.975
Não circulante	4.592.202						5.239.610

(a) As principais adições estão relacionadas aos reforços e às novas construções de subestações e linhas de transmissão:

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	Receita Anual Permitida - RAP	Custo de construção estimado (Capex Aneel)	Previsão de conclusão	REIDI (**)
Novas Construções						
MAR LT Itabirito 2 Vespasiano 2	Implantação de linha de transmissão 500 kV	Contrato Concessão ANEEL 011/2014	R\$15.363	R\$107.000	Junho de 2020	ADE da RFB nº 394/2014 (***)
MIR Miracema - Lajeado C2Lajeado - Palmas C1 e C2 SE Palmas SE Lajeado	Implantação das linhas de transmissão, construção e subestações associadas.	Contrato Concessão ANEEL 017/2016	R\$65.033	R\$275.483	Energizações concluídas em 29/11/2019	ADE da RFB nº 899/2016 (***)
JAN Pirapora 2 - Janaúba 3 Janaúba 3 - Bom Jesus da Lapa 2	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato Concessão ANEEL 015/2017	R\$194.060	R\$959.604	Fevereiro de 2022	ADE da RFB nº 119/2017 (***)
SAN Livramento 3 - Alegrete 2 Livramento 3 - Cerro Chato Livramento 3 - Santa Maria 3 Livramento 3 - Maçambará 3 Seccionamento Maçambará - Santo Ângelo C1/C2 SE Livramento 3 e compensador síncrono SE Maçambará 3	Implantação das linhas de transmissão, construção de subestações associadas.	Contrato Concessão ANEEL 012/2019	R\$60.935	R\$610.364	Junho de 2021	ADE da RFB nº 89/2019 (***)
Reforços						
NVT SE Miracema - Gurupi	MG Miracema CR 500 KV 161 Mvar Miracema BC2 LT 500 KV Gurupi/Miracema C2	REA 6369/2017	24.161	87.185	Concluído em 18/11/2019	ADE da RFB nº 09/2017 - Gurupi e Miracema (***)
	MG Gurupi				Concluído em 28/10/2019	
	BS 500 KV 161 Mvar Gurupi BC2				Concluído em 21/10/2019	
NVT SE Gurupi - Serra da Mesa	CR 500 KV 161 Mvar Gurupi BC4 MG Gurupi BS 500 KV 107 Mvar Serra da Mesa	REA 6306/2017	13.896	147.326	Concluído em 28/10/2019 Concluído em 21/10/2019	ADE da RFB nº 08/2017 - Gurupi e

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	Receita Anual Permitida - RAP	Custo de construção estimado (Capex Aneel)	Previsão de conclusão	REIDI (**)
MG Serra da Mesa						Serra da Mesa (***)
<u>NVT</u> Samambaia	Melhoria do Sistema SCADA - COC TAESA	Plano de Modernização de Instalações 2014-2017	(*)	(*)	Dezembro de 2020	Não há
<u>TSN</u> SE Bom Jesus da Lapa II	Modernização do Sistema de Controle	REA nº 5.861/2016	(*)	(*)	Junho de 2020	Não há
<u>TSN</u> SE Rio das Éguas	Instalação de Reator de Barra	REA nº 6.603/2017	R\$3.747	R\$16.700	Concluído em 21/07/2019	ADE da RFB nº 04/2018 (***)
<u>STE</u> SE Santa Rosa	Aquisição e instalação de 2 Conjuntos de Banco Baterias e Retificadores Telecom	Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.861/2016	(*)	R\$350	Concluído em 06/12/2019	Não há
<u>STE</u> SE Santo Ângelo	Aquisição e instalação de 2 Conjuntos de Banco Baterias e Retificadores Telecom	Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.861/2016	(*)	R\$350	Concluído em 06/12/2019	Não há
<u>ATE</u> SE Assis	Aquisição e instalação de 2 Conjuntos de Banco Baterias e Retificadores Telecom	Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.861/2016	(*)	R\$400	Concluído em 15/10/2019	Não há
<u>MAR</u> SE Itabirito 2	I - Adequação do Módulo Geral com a implantação de um Módulo de Infraestrutura de Manobra, arranjo Disjuntor e Meio, II - Extensão de Barramentos	Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.753/2017	R\$725	R\$5.565	Concluído em 20/12/2019	ADE da RFB nº 134/2018 (***)
<u>MIR</u> SE Miracema	I - Adequação do módulo geral da Subestação Miracema II - Implantação de um módulo de interligação de barras, arranjo disjuntor e meio	Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.755/2017	R\$1.653	R\$12.635	Concluído em 01/10/2019	ADE da RFB nº 127/2018 (***)
<u>Munirah</u> <u>SE Camaçari</u>	Substituição de cabo para-raio por cabo OPGW da LT 500 kV Camaçari II / Sapeaçu	Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.314/2019	(*)	R\$6.200	Dezembro de 2020	Aguardando homologação RFB
<u>TSN</u> <u>Serra da Mesa</u>	Instalação de registrador de perturbação digital - RDP com a funcionalidade de sincrofasores (PMU) e TW.	PAR 2018-2020	(*)	R\$246	Concluído em 22/02/2020	Não há
<u>TSN</u> <u>Serra da Mesa II</u>	Instalação de registrador de perturbação digital - RDP com a funcionalidade de sincrofasores (PMU) e TW.	PAR 2018-2020	(*)	R\$407	Concluído em 22/02/2020	Não há

(*) Será estabelecida somente após o ciclo posterior a conclusão do projeto. (**) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura. (***) Ato Declaratório Executivo da Receita Federal do Brasil.

- Principais características dos contratos de concessão - encontram-se nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A RAP das empresas SJT, SPT, LNT adquiridas em 2020 são reajustadas anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e não terão decréscimo de seus faturamentos no 16º ano, sendo o recebimento da RAP linear durante o período da concessão.

- Estrutura de formação da RAP - As concessões das linhas de transmissão de energia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessão	Ciclo 2019-2020			Ciclo 2018-2019			Ciclo 2017-2018		
	Resolução 2.565 de 25/06/2019			Resolução 2.408 de 28/06/2018			Resolução 2.258 de 27/06/2017		
	Período: de 01/07/2019 a 30/06/2020			Período: de 01/07/2018 a 30/06/2019			Período: de 01/07/2017 a 30/06/2018		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
TSN	300.992	(11.015)	289.977	279.621	(13.793)	265.828	427.856	(34.718)	393.138
Gtesa	5.516	(249)	5.267	5.822	(379)	5.443	9.361	(550)	8.811
Munirah	40.947	(2.391)	38.556	38.039	(1.476)	36.563	36.484	(2.146)	34.338
Patesa	18.079	(1.020)	17.059	26.074	(1.015)	25.059	25.009	(1.280)	23.729
ETEO	98.933	(3.625)	95.308	91.909	(3.489)	88.420	88.078	(7.457)	80.621
Novatrans	292.844	(16.250)	276.594	413.509	(20.780)	392.729	517.164	(30.415)	486.749
STE	48.636	(3.285)	45.351	85.256	(2.963)	82.293	81.598	(4.969)	76.629
NTE	86.287	(4.962)	81.325	125.210	(6.196)	119.014	153.424	(9.020)	144.404
ATE	167.265	(6.071)	161.194	155.389	(6.029)	149.360	149.037	(8.765)	140.272
ATE II	258.669	(9.089)	249.580	240.250	(9.118)	231.132	230.278	(13.496)	216.782
ATE III	125.389	(4.507)	120.882	119.808	(4.361)	115.447	116.302	(6.896)	109.406
SGT	5.416	(4)	5.412	5.175	(136)	5.039	5.204	(674)	4.530
BRAS (*)	27.559	(774)	26.785	26.213	(838)	25.375	-	-	-
SPT (**)	44.927	(91)	44.836	-	-	-	-	-	-
SJT (**)	47.573	(57.995)	(10.422)	-	-	-	-	-	-
LNT (***)	12.617	(756)	11.861	-	-	-	-	-	-
	1.581.649	(122.084)	1.459.565	1.612.275	(70.573)	1.541.702	1.839.795	(120.386)	1.719.409

(*) Em 31 de maio de 2019 a Brasnorte se tornou uma controlada da Taesa. Desta forma, no ciclo 2018-2019, a Taesa consolidou 1 mês de resultado com o novo percentual.

(**) Em 14 de fevereiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações da SJT e SPT.

(***) Em 13 de março de 2020, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações da LNT.

8. ARRENDAMENTO

A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento de imóveis e automóveis. Os prazos de arrendamento de imóveis variam entre 13 e 101 meses, enquanto automóveis têm prazos de arrendamento de 39 meses. Não existem contratos de arrendamento que contemplam opções de renovação e rescisão, além de pagamentos variáveis de arrendamento. A Companhia e suas controladas também possuem arrendamentos com prazos iguais ou inferiores a 12 meses e arrendamentos cujo ativo adjacente é de baixo valor. Para esses casos, a Companhia e suas controladas aplicam as isenções de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e arrendamento de ativos de baixo valor.

Direito de Uso

Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial dos passivos de arrendamento e pelos custos esperados na desmobilização.

Direito de Uso	31/12/2019	Adição por novos contratos	Depreciação	Custo estimado de desmobilização	Ajuste por remensuração	31/03/2020
<u>Controladora</u>						
Imóveis	21.971	-	(795)	-	1.151	22.327
Automóveis	10.064	-	(774)	-	-	9.290
Não Circulante	32.035	-	(1.569)	-	1.151	31.617
<u>Consolidado</u>						
Imóveis	23.013	-	(900)	-	1.151	23.264
Automóveis	10.759	-	(828)	-	-	9.931
Não Circulante	33.772	-	(1.728)	-	1.151	33.195

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Direito de Uso	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Adição por novos contratos	Depreciação	Custo estimado de desmobilização	Ajuste por remensuração	31/12/2019
<u>Controladora</u>						
Imóveis	24.380	-	(3.012)	457	146	21.971
Automóveis	12.564	-	(3.020)	-	520	10.064
Não Circulante	36.944	-	(6.032)	457	666	32.035
<u>Consolidado</u>						
Imóveis	25.834	-	(3.428)	461	146	23.013
Automóveis	13.462	-	(3.231)	-	528	10.759
Não Circulante	39.296	-	(6.659)	461	674	33.772

Em 31 de março de 2020 a provisão para desmobilização dos ativos arrendados era de R\$461 no Consolidado e R\$457 na Controladora.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento reconhecidos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros.

Passivo de Arrendamento	31/12/2019	Juros do período	Contraprestação paga	Ajuste por remensuração	31/03/2020
<u>Controladora</u>					
Imóveis	22.729	493	(1.068)	1.151	23.305
Automóveis	10.745	203	(914)	-	10.034
	33.474	696	(1.982)	1.151	33.339
Circulante	7.794				7.811
Não circulante	25.680				25.528
<u>Consolidado</u>					
Imóveis	23.845	513	(1.187)	1.151	24.322
Automóveis	11.487	217	(977)	-	10.727
	35.332	730	(2.164)	1.151	35.049
Circulante	8.521				8.538
Não circulante	26.811				26.511

Passivo de Arrendamento	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Juros do período	Adição por novos contratos	Contraprestação paga	Ajuste por remensuração	31/12/2019
<u>Controladora</u>						
Imóveis	24.380	1.984	-	(3.781)	146	22.729
Automóveis	12.564	923	-	(3.262)	520	10.745
	36.944	2.907	-	(7.043)	666	33.474
Circulante						7.794
Não circulante						25.680
<u>Consolidado</u>						
Imóveis	25.834	2.081	-	(4.216)	146	23.845
Automóveis	13.462	988	-	(3.491)	528	11.487
	39.296	3.069	-	(7.707)	674	35.332
Circulante						8.521
Não circulante						26.811

Abaixo são apresentadas as análises dos vencimentos dos passivos de arrendamento:

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Imóvel	401	1.204	3.210	20.792	7.076	32.683
Automóvel	326	977	2.605	8.142	-	12.050
Consolidado	727	2.181	5.815	28.934	7.076	44.733
Imóvel	362	1.085	2.893	20.159	7.076	31.575
Automóvel	305	914	2.437	7.616	-	11.272
Controladora	667	1.999	5.330	27.775	7.076	42.847

Os montantes reconhecidos no resultado são apresentados abaixo:

	Consolidado	Controladora
Despesas de depreciação de ativos de direito de uso	1.728	1.569
Despesa de juros sobre passivos de arrendamento	730	696
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e a arrendamentos de ativos de baixo valor (incluídas nas linhas de Outros custos e despesas operacionais)	119	31
Total reconhecido no resultado	2.577	2.296

A Companhia, seguindo o que emana o CPC 06 (R2), utilizou técnicas de fluxo de caixa descontado sem considerar inflação projetada nos fluxos de pagamentos dos arrendamentos. A seguir são apresentados, para efeitos de comparação, os saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da depreciação e da despesa financeira, considerando a aplicação de inflação projetada nos fluxos de pagamento dos arrendamentos, atendendo as orientações das áreas técnicas da CVM (modelo fluxo nominal x taxa nominal):

	Passivo de arrendamento	Direito de uso	Despesa financeira	Depreciação
Consolidado				
Efeitos conforme CPC 06 (R2)	35.049	33.195	(730)	(1.728)
Efeitos com aplicação de inflação	35.929	34.128	(769)	(1.763)
Impacto	880	933	(39)	(35)
Controladora				
Efeitos conforme CPC 06 (R2)	33.339	31.617	(696)	(1.569)
Efeitos com aplicação de inflação	34.233	32.568	(732)	(1.602)
Impacto	894	951	(36)	(33)

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras	92.812	87.642	81.530	78.078
PIS e COFINS a compensar	5.219	5.219	5.074	5.074
Impostos e contribuições retidos	7.797	6.647	7.505	6.019
Outros	3.566	2.274	1.867	1.066
Ativo circulante	109.394	101.782	95.976	90.237
IRPJ e CSLL correntes	3.666	5.620	-	-
PIS e COFINS	26.824	22.750	21.124	19.765
INSS e FGTS	5.205	4.193	1.773	1.633
ISS	4.188	3.208	1.351	1.176
ICMS	917	1.604	110	152
Outros	5.284	3.356	4.540	2.774
Passivo circulante	46.084	40.731	28.898	25.500

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

Os créditos fiscais incidentes sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos com base no histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 e, conforme determinações da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões da Companhia e suas controladas.

Consolidado	31/03/2020			31/12/2019		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)
TAESA	384.485	(638.464)	(253.979)	357.595	(567.896)	(210.301)
JAN	13.986	(82.251)	(68.265)	8.043	(44.472)	(36.429)
ATE III	7.217	(39.645)	(32.428)	7.961	(38.216)	(30.255)
BRAS	606	(9.761)	(9.155)	630	(8.243)	(7.613)
SGT	-	(2.267)	(2.267)	-	(2.243)	(2.243)
SAN	-	(1.546)	(1.546)	-	(1.074)	(1.074)
MIR	-	(15.895)	(15.895)	-	(15.804)	(15.804)
MAR	-	(5.714)	(5.714)	-	(5.708)	(5.708)
SPT	-	(14.333)	(14.333)	-	-	-
SJT	-	(17.097)	(17.097)	-	-	-
LNT	-	(3.714)	(3.714)	-	-	-
Passivo não circulante	406.294	(830.687)	(424.393)	374.229	(683.656)	(309.427)
Total	406.294	(830.687)	(424.393)	374.229	(683.656)	(309.427)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Crédito fiscal incorporado - ágio (a)	304.789	309.598	304.789	309.598
Diferenças temporárias (b)	83.160	52.351	79.696	47.997
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	18.345	12.280	-	-
Ativo não circulante	406.294	374.229	384.485	357.595
Diferenças temporárias (b)	(830.687)	(683.656)	(638.464)	(567.896)
Passivo não circulante	(830.687)	(683.656)	(638.464)	(567.896)
Saldo líquido	(424.393)	(309.427)	(253.979)	(210.301)

(a) Proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010.

(b) As diferenças temporárias contemplam os saldos das empresas que adotam o lucro real e são compostas da seguinte forma:

	Base de cálculo 31/03/2020	IRPJ e CSLL	
		31/03/2020	31/12/2019
Consolidado			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	7.779	2.645	6.198
Provisão para participação nos lucros	5.401	1.836	5.864
Provisão para fornecedores	12.762	4.339	7.861
Provisão para parcela variável	5.127	1.743	1.490
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	27.692	9.415	9.505
Tributos com exigibilidade suspensa	16.511	5.614	5.317
Ajuste a valor de mercado - dívida	10.645	3.619	-
Variação cambial - regime de caixa	158.673	53.949	16.116
		83.160	52.351
Instrumentos Financeiros derivativos	(148.576)	(50.516)	(19.080)
Ajuste a valor de mercado - dívida	-	-	3.792
Pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	(95.637)	(32.517)	(17.030)
Hedge de Fluxo de caixa	(20.162)	(6.855)	-

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Base de cálculo 31/03/2020	IRPJ e CSLL	
		31/03/2020	31/12/2019
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente	(2.178.821)	(740.799)	(651.338)
Total do passivo		(830.687)	(683.656)
Controladora			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	5.389	1.832	5.083
Provisão para participação nos lucros	5.321	1.809	5.782
Provisão para fornecedores	12.121	4.121	7.555
Provisão para parcela variável	3.452	1.174	942
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	23.878	8.119	7.733
Tributos com exigibilidade suspensa	14.921	5.073	4.788
Ajuste a valor de mercado - dívida	10.645	3.619	-
Variação cambial - regime de caixa	158.673	53.949	16.114
Total do ativo		79.696	47.997
Instrumentos Financeiros derivativos	(148.576)	(50.516)	(19.080)
Ajuste a valor de mercado - dívida	-	-	3.792
Pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	(36.280)	(12.335)	(12.841)
Hedge de Fluxo de caixa	(20.162)	(6.855)	-
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente	(1.672.818)	(568.758)	(539.767)
Total do passivo		(638.464)	(567.896)

	Crédito fiscal incorporado - ágio	Diferenças temporárias		Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	Total	
	Controladora e Consolidado	Consolidado	Controladora	Consolidado	Consolidado	Controladora
2020	14.426	11.938	10.421	4.389	30.753	24.847
2021	18.974	10.516	9.001	-	29.490	27.975
2022	20.355	3.138	2.706	13.956	37.449	23.061
2023	21.761	53.949	57.568	-	75.710	79.329
2024 a 2026	74.784	-	-	-	74.784	74.784
2027 a 2029	89.995	3.619	-	-	93.614	89.995
2030 a 2032	46.101	-	-	-	46.101	46.101
2033 a 2035	12.273	-	-	-	12.273	12.273
2036 a 2038	6.120	-	-	-	6.120	6.120
Total	304.789	83.160	79.696	18.345	406.294	384.485

Com base em estudos técnicos, a Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais nos exercícios indicados e conforme requerido pela Instrução ICVM nº 371, de 27 de junho de 2002. O estudo foi examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2020.

A Administração tem expectativa de realização dos saldos apresentados. As estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas informações intermediárias. De acordo com o artigo 510 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
PIS e COFINS diferidos - passivo (a)	403.736	334.905	214.705	214.754

(a) Montante relacionado à diferença temporária (regime de caixa) sobre as receitas do Grupo Taesa, na aplicação do CPC 47, que será amortizado até o final do prazo da concessão.

12. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)

Investimentos	31/03/2020	31/12/2019
Controladas em conjunto	564.985	423.309
Coligadas	1.580.252	1.744.099
Consolidado	2.145.237	2.167.408
Controladas	2.671.027	1.491.969
Controladora	4.816.264	3.659.377

Resultado de equivalência patrimonial	31/03/2020	31/03/2019
Controladas em conjunto	42.176	4.564
Coligadas	102.945	23.871
Consolidado	145.121	28.435
Controladas	114.000	52.181
Controladora	259.121	80.616

a) Investimentos em controladas

	Quantidade total de ações		Participação %	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
ATE III	448.500.000	448.500.000	100%	100%
SGT	10.457.000	10.457.000	100%	100%
MAR	167.500.000	147.000.000	100%	100%
MIR	277.940.000	272.940.000	100%	100%
JAN	40.645.100	40.645.100	100%	100%
BRAS	191.052.000	191.052.000	100%	100%
SAN	65.101.000	41.101.000	100%	100%
SJT	394.523.157	-	100%	-
SPT	470.235.007	-	100%	-
LNT	39.943.259	-	100%	-

Movimentação dos investimentos em controladas	ATE III (*)	SGT	MAR	MIR	JAN	SAN	BRAS (*)	SJT (*)	SPT (*)	LNT (*)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	664.912	48.499	137.650	236.855	61.790	-	-	-	-	-	1.149.706
Constituição do capital social	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	3.780	21.737	-	-	-	-	-	-	25.517
Aumento/redução de capital	(140.000)	-	30.804	-	1.697	-	-	-	-	-	(107.499)
Equivalência patrimonial	15.496	1.101	4.668	31.626	(534)	(176)	-	-	-	-	52.181
Saldos em 31 de março de 2019	540.408	49.600	176.902	290.218	62.953	(175)	-	-	-	-	1.119.906
Transferência de saldos de controladas em conjunto para controladas	-	-	-	-	-	-	89.180	-	-	-	89.180
Aquisição de controlada	-	-	-	-	-	-	75.622	-	-	-	75.622
Aumento de participação em controlada	-	-	-	-	-	-	22.253	-	-	-	22.253
Parcela adquirida por compra vantajosa	-	-	-	-	-	-	17.594	-	-	-	17.594
Remensuração da participação anterior	-	-	-	-	-	-	(16.678)	-	-	-	(16.678)
Dividendos adicionais propostos de 2018	(31.620)	(27.585)	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.205)
Dividendos intercalares de 2019	(31.186)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.186)
Dividendos obrigatórios de 2019	-	(1.177)	-	(22.673)	(9.995)	(50)	(7.270)	-	-	-	(41.165)
Reversão dos dividendos obrigatórios de 2018	-	-	3.544	18.417	4.991	-	-	-	-	-	26.952
Baixa de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(3.780)	(21.737)	-	-	-	-	-	-	(25.517)
Aumento (redução) de capital	-	-	28.779	123.848	-	41.100	-	-	-	-	193.727
Equivalência patrimonial	30.990	3.608	(30.999)	63.838	42.621	384	10.044	-	-	-	120.486

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação dos investimentos em controladas	ATE III (*)	SGT	MAR	MIR	JAN	SAN	BRAS (*)	SJT (*)	SPT (*)	LNT (*)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	508.592	24.446	174.446	451.911	100.570	41.259	190.745	-	-	-	1.491.969
Aquisição de controlada	-	-	-	-	-	-	-	399.029	354.139	60.482	813.650
Aumento de capital	-	-	20.500	5.000	-	24.000	-	114.912	86.996	-	251.408
Equivalência patrimonial	18.377	1.542	(17.550)	14.808	61.799	214	5.212	16.084	11.210	2.304	114.000
Saldos em 31 de março de 2020	526.969	25.988	177.396	471.719	162.369	65.473	195.957	530.025	452.345	62.786	2.671.027

(*) Inclui a menos valia reconhecida na aquisição, apresentada nas informações intermediárias individuais (Controladora).

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante
MAR	Aumento de capital	16/03/2020	AGE	10.000
MAR	Aumento de capital	31/01/2020	AGE	5.500
MAR	Aumento de capital	06/01/2020	AGE	5.000
SJT	Aumento de capital	14/02/2020	AGE	114.912
SPT	Aumento de capital	14/02/2020	AGE	86.996
MIR	Aumento de capital	06/01/2020	AGE	5.000
SAN	Aumento de capital	16/03/2020	AGE	1.000
SAN	Aumento de capital	06/01/2020	AGE	23.000
Aumento de capital em controladas em 2020				251.408

A data-base das demonstrações financeiras das controladas é 31 de dezembro de cada ano.

b) Investimentos em controladas em conjunto

	Quantidade total de ações		Participação % (direta ou indireta)	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
ETAU	34.895.364	34.895.364	75,62%	75,62%
Aimorés	197.900.000	127.900.000	50%	50%
Paraguaçu	333.700.000	204.700.000	50%	50%
Ivaí	135.000.000	135.000.000	50%	50%

Demais acionistas

ETAU	DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica ("CEEE-GT")
Aimorés, Ivaí e Paraguaçu	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP")

- Principais cláusulas dos acordos dos acionistas das controladas em conjunto: ETAU, Paraguaçu, Aimorés e Ivaí - encontram-se nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. Não houve mudanças nos acordos de acionistas neste período.

Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto	ETAU (*)	BRAS	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	68.553	89.332	19.028	19.298	28.195	224.406
Aumento de capital	-	-	7.000	12.500	25.000	44.500
Equivalência patrimonial	1.331	816	(581)	2.034	964	4.564
Saldos em 31 de março de 2019	69.884	90.148	25.447	33.832	54.159	273.470
Dividendos adicionais propostos de 2018	(13.243)	(2.513)	-	-	-	(15.756)
Dividendos obrigatórios de 2019	(101)	-	-	-	-	(101)
Aumento de capital	-	-	45.500	75.000	20.000	140.500
Equivalência patrimonial	6.230	2.437	22.115	38.951	12.655	82.388
Adoção inicial CPC 47	-	(892)	-	-	-	(892)
Aquisição de participação	32.880	-	-	-	-	32.880
Transferência de saldos de controladas em conjunto para controladas	-	(89.180)	-	-	-	(89.180)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	95.650	-	93.062	147.783	86.814	423.309
Aumento de capital	-	-	35.000	64.500	-	99.500
Equivalência patrimonial	3.667	-	16.920	24.856	(3.267)	42.176
Saldos em 31 de março de 2020	99.317	-	144.982	237.139	83.547	564.985

(*) Inclui a mais valia reconhecida na aquisição, apresentada nas informações intermediárias individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado).

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante
Aimorés	Aumento de capital	06/12/2019	RCA	19.000
Aimorés	Aumento de capital	07/02/2020	RCA	4.500
Aimorés	Aumento de capital	02/03/2020	RCA	11.500
Paraguaçu	Aumento de capital	06/12/2019	RCA	36.500
Paraguaçu	Aumento de capital	07/02/2020	RCA	5.500
Paraguaçu	Aumento de capital	02/03/2020	RCA	22.500
Aumento de capital em controladas em conjunto em 2020				99.500

A data-base das demonstrações financeiras das controladas em conjunto é 31 de dezembro de cada ano.

c) Investimentos em coligadas

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta e indireta)	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
<u>Coligadas diretas</u>				
EATE	180.000.010	180.000.010	49,98%	49,98%
EBTE	263.058.339	263.058.339	49,00%	49,00%
ECTE	42.095.000	42.095.000	19,09%	19,09%
ENTE	100.840.000	100.840.000	49,99%	49,99%
ETEP	45.000.010	45.000.010	49,98%	49,98%
ERTE	84.133.970	84.133.970	21,95%	21,95%
Transudeste	30.000.000	30.000.000	49,00%	49,00%
Transleste	49.569.000	49.569.000	49,00%	49,00%
Transirapé	22.340.490	22.340.490	49,00%	49,00%
EDTE	1.218.126	1.218.126	24,95%	24,95%
<u>Coligadas indiretas</u>				
STC	211.003.246	211.003.246	39,99%	39,99%
ESDE	72.835.845	72.835.845	49,98%	49,98%
Lumitrans	72.012.095	72.012.095	39,99%	39,99%
ETSE	96.055.500	96.055.500	19,09%	19,09%
EBTE	263.058.339	263.058.339	25,49%	25,49%
ERTE	84.133.970	84.133.970	28,04%	28,04%
ESTE	24.141.895	24.141.895	49,98%	49,98%
Transudeste	30.000.000	30.000.000	5,00%	5,00%
Transleste	49.569.000	49.569.000	5,00%	5,00%
Transirapé	22.340.490	22.340.490	5,00%	5,00%
EDTE	1.218.126	1.218.126	25,04%	25,04%

De acordo com o Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, assinado em 17 de maio de 2012, a Companhia não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias para a Companhia, ocorrida em 31 de maio de 2013, salvo se previamente autorizado pela CEMIG. Durante este período, a Companhia poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE, desde que transfira para a CEMIG a diferença positiva obtida nas referidas operações, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência com o valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Companhia, devidamente atualizado pela taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN no dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

- Principais cláusulas do acordo de acionistas das coligadas do Grupo TBE - Encontram-se nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. Não houve mudanças no acordo de acionista neste período.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação dos investimentos em coligadas	EATE	EBTE	ECTE	ENTE	ERTE	ETEP	EDTE	Trans- leste	Trans- sudeste	Trans- sirapé	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	711.849	172.314	63.997	428.076	58.722	163.707	12.266	31.254	21.670	24.682	1.688.537
Equivalência patrimonial	11.825	3.715	(812)	12.971	928	(6.651)	1.601	471	464	(641)	23.871
Saldos em 31 de março de 2019	723.674	176.029	63.185	441.047	59.650	157.056	13.867	31.725	22.134	24.041	1.712.408
Aquisição de empresas	-	-	-	-	-	-	-	24.199	18.340	34.969	77.508
Equivalência patrimonial	75.550	(6.485)	7.514	54.482	4.174	25.940	15.876	5.005	3.883	10.468	196.407
Ajuste de PPA	-	-	-	-	-	-	-	3.759	5.136	-	8.895
Dividendos adicionais propostos em 2018	(48.755)	-	-	(23.495)	(5.267)	(11.822)	-	(108)	-	(1.270)	(90.717)
Dividendos Intercalares de 2019	(4.102)	-	-	(7.955)	-	-	-	(9.796)	(2.960)	-	(24.813)
Dividendos - baixa de reservas de lucros	(83.367)	-	(6.110)	(32.036)	(3.951)	(2.499)	-	-	(617)	(7.009)	(135.589)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	663.000	169.544	64.589	432.043	54.606	168.675	29.743	54.784	45.916	61.199	1.744.099
Equivalência patrimonial	33.780	4.200	2.630	34.201	2.029	7.522	10.696	2.311	2.292	3.284	102.945
Dividendos mínimos obrigatórios	(32.587)	(467)	(2.296)	(10.069)	(2.223)	(8.391)	-	-	-	(5.053)	(61.086)
Dividendos adicionais propostos	(110.064)	(1.402)	-	(69.069)	-	(25.171)	-	-	-	-	(205.706)
Saldos em 31 de março de 2020	554.129	171.875	64.923	387.106	54.412	142.635	40.439	57.095	48.208	59.430	1.580.252

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante
EATE	Dividendos mínimos obrigatórios	17/03/2020	AGO	32.587
EBTE	Dividendos mínimos obrigatórios	17/03/2020	AGO	467
ECTE	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	2.296
ENTE	Dividendos mínimos obrigatórios	17/03/2020	AGO	10.069
ERTE	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	2.223
ETEP	Dividendos mínimos obrigatórios	17/03/2020	AGO	8.391
TRANSIRAPÉ	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	5.053
Dividendos mínimos obrigatórios de 2019				61.086
EATE	Dividendos adicionais propostos	17/03/2020	AGO	110.064
EBTE	Dividendos adicionais propostos	17/03/2020	AGO	1.402
ENTE	Dividendos adicionais propostos	17/03/2020	AGO	69.069
ETEP	Dividendos adicionais propostos	17/03/2020	AGO	25.171
Dividendos Adicionais Propostos de 2019				205.706

A data-base das demonstrações financeiras das coligadas é 31 de dezembro de cada ano.

d) Informações intermediárias resumidas

Informações intermediárias individuais das controladas em conjunto e coligadas em conformidade com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidas pelo CPC.

Agregação das informações intermediárias - Considerando que coligadas diretas em que a Taesa possui participação são administradas como um grupo de concessões (Grupo TBE e Transmineiras), a Companhia optou por agregar as informações intermediárias para a apresentação do balanço patrimonial e demonstração do resultado.

Balanço patrimonial	31/03/2020							
	ETAU	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Subtotal	Grupo TBE	Trans- mineiras	Total
Caixa e equivalentes de caixa	2.116	5.662	18.491	1.551.832	1.578.101	66.276	29.581	1.673.958
Ativo de contrato de concessão (i)	18.711	-	-	-	18.711	553.964	111.357	684.032
Outros ativos circulantes	15.832	2.533	1.127	3.101	22.593	94.502	4.872	121.967
Ativos circulantes	36.659	8.195	19.618	1.554.933	1.619.405	714.742	145.810	2.479.957
Ativo de contrato de concessão (i)	96.100	261.820	421.668	241.019	1.020.607	3.376.515	309.848	4.706.970
Investimentos em participações societárias	-	-	-	-	-	973.440	-	973.440
Outros ativos não circulantes	646	598	697	619	2.560	37.168	192	39.920
Ativos não circulantes	96.746	262.418	422.365	241.638	1.023.167	4.387.123	310.040	5.720.330
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos (ii)	6.549	-	-	-	6.549	161.741	45.315	213.605
Outros passivos circulantes	5.212	41.055	56.609	53.522	156.398	665.190	26.791	848.379
Passivos circulantes	11.761	41.055	56.609	53.522	162.947	826.931	72.106	1.061.984
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos (ii)	9.784	-	-	1.602.950	1.612.734	948.245	79.920	2.640.899
Impostos e contribuições diferidos	17.424	3.511	5.460	4.978	31.373	613.470	12.805	657.648
Tributos diferidos	5.548	24.214	39.000	22.291	91.053	269.187	20.694	380.934
Outros passivos não circulantes	1.049	404	404	404	2.261	18.833	-	21.094
Passivos não circulantes	33.805	28.129	44.864	1.630.623	1.737.421	1.849.735	113.419	3.700.575
Patrimônio líquido individual	87.839	201.429	340.510	112.426	742.204	2.425.199	270.325	3.437.728

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balanco patrimonial	31/03/2020							
	ETAU	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Subtotal	Grupo TBE	Trans-mineiras	Total
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	66.423	100.715	170.255	56.213	393.606	1.047.030	132.459	1.573.095
Valor justo alocado do ativo de contrato de concessão, líquido de impostos	32.894	44.267	66.884	27.334	171.379	368.490	32.273	572.142
Investimento total da Taesa	99.317	144.982	237.139	83.547	564.985	1.415.520	164.732	2.145.237

Balanco patrimonial	31/12/2019							
	ETAU	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Subtotal	Grupo TBE	Trans-mineiras	Total
Caixa e equivalentes de caixa	1.487	8.103	9.163	1.670.180	1.688.933	62.425	20.826	1.772.184
Ativo de contrato de concessão (i)	22.379	-	-	-	22.379	427.830	114.423	564.632
Outros ativos circulantes	12.953	2.301	1.016	312	16.582	209.989	3.285	229.856
Ativos circulantes	36.819	10.404	10.179	1.670.492	1.727.894	700.244	138.534	2.566.672
Ativo de contrato de concessão (i)	95.275	168.656	277.147	160.975	702.053	3.303.271	313.348	4.318.672
Investimentos em participações societárias	-	-	-	-	-	915.583	-	915.583
Outros ativos não circulantes	655	219	326	243	1.443	47.965	1.979	51.387
Ativos não circulantes	95.930	168.875	277.473	161.218	703.496	4.266.819	315.327	5.285.642
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos (ii)	5.849	-	-	89.242	95.091	185.821	45.034	325.946
Outros passivos circulantes	8.823	32.766	51.898	23.582	117.069	323.064	28.766	468.899
Passivos circulantes	14.672	32.766	51.898	112.824	212.160	508.885	73.800	794.845
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos (ii)	11.621	-	-	1.562.961	1.574.582	980.779	90.967	2.646.328
Impostos e contribuições diferidos	16.686	2.045	3.037	3.653	25.421	581.860	12.919	620.200
Tributos diferidos	5.647	15.597	25.632	14.888	61.764	263.567	11.457	336.788
Outros passivos não circulantes	1.260	5	5	5	1.275	20.733	9.416	31.424
Passivos não circulantes	35.214	17.647	28.674	1.581.507	1.663.042	1.846.939	124.759	3.634.740
Patrimônio líquido individual	82.863	128.866	207.080	137.379	556.188	2.611.239	255.302	3.422.729
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	62.660	64.433	103.540	68.690	299.323	1.155.635	125.099	1.580.057
Valor justo alocado do ativo de contrato de concessão, líquido de impostos	32.990	28.629	44.243	18.124	123.986	426.565	36.800	587.351
Investimento total da Taesa	95.650	93.062	147.783	86.814	423.309	1.582.200	161.899	2.167.408

Demonstração do resultado	31/03/2020							
	ETAU	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Subtotal	Grupo TBE	Trans-mineiras	Total
Receita operacional líquida	8.957	84.547	131.152	72.640	297.296	268.554	20.896	586.746
Custos e despesas	(1.043)	(80.637)	(124.539)	(69.406)	(275.625)	(58.562)	(3.324)	(337.511)
Receitas financeiras	75	142	276	13.266	13.759	1.493	20	15.272
Despesas financeiras	(484)	(25)	(35)	(40.128)	(40.672)	(13.659)	(1.814)	(56.145)
Resultado financeiro	(409)	117	241	(26.862)	(26.913)	(12.166)	(1.794)	(40.873)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	74.144	-	74.144
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(2.529)	(1.465)	(2.424)	(1.325)	(7.743)	(46.400)	(753)	(54.896)
Resultado do período	4.976	2.562	4.430	(24.953)	(12.985)	225.570	15.025	227.610
Resultado do período - participação da Taesa	3.763	1.281	2.215	(12.477)	(5.218)	97.110	7.362	99.254
Apropriação do valor justo alocado do ativo de contrato de concessão, líquido de impostos e outros	(95)	15.639	22.641	9.209	47.394	(2.051)	524	45.867
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	3.668	16.920	24.856	(3.268)	42.176	95.059	7.886	145.121

Demonstração do resultado	31/03/2019								
	ETAU	BRAS	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Subtotal	Grupo TBE	Trans- mineiras	Total
Receita operacional líquida	6.965	7.169	12.942	18.508	8.710	54.294	470.797	23.168	548.259
Custos e despesas	(1.234)	(1.326)	(12.749)	(18.290)	(7.984)	(41.583)	(42.992)	(2.297)	(86.872)
Receitas financeiras	172	174	88	114	247	795	2.035	507	3.337
Despesas financeiras	(887)	2	(6)	(9)	(2)	(902)	(14.703)	(2.928)	(18.533)
Resultado financeiro	(715)	176	82	105	245	(107)	(12.668)	(2.421)	(15.196)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	102.817	-	102.817
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(1.701)	(1.603)	(157)	(218)	(390)	(4.069)	(91.546)	(921)	(96.536)
Resultado do período	3.315	4.416	118	105	581	8.535	426.408	17.529	452.472
Resultado do período - participação da Taesa	1.743	1.707	59	53	291	3.853	196.850	4.305	205.008
Apropriação do valor justo alocado do ativo de contrato de concessão, líquido de impostos	(412)	-	(640)	1.981	673	1.602	(173.273)	(4.011)	(175.682)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	1.331	1.707	(581)	2.034	964	5.455	23.577	294	29.326

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(i) Ativo de contrato de concessão

	31/03/2020	31/12/2019
ETAU	114.811	117.654
Ivaí	241.019	160.975
Aimorés	261.820	168.656
Paraguaçu	421.668	277.147
Controladas em conjunto	1.039.318	724.432
EATE	1.381.674	1.336.549
EBTE	470.307	460.266
ECTE	285.860	276.162
ENTE	626.213	612.332
ERTE	192.240	185.906
ETEP	310.991	300.295
EDTE	663.194	559.591
Transleste	126.463	131.842
Transudeste	91.513	92.620
Transirapé	203.229	203.309
Coligadas diretas	4.351.684	4.158.872
	5.391.002	4.883.304

Reforços, subestações e linhas de transmissão em fase de construção

Concessão	Descrição	Resolução ANEEL	RAP	Custo de construção estimado (Capex Anel)	Previsão de conclusão	REIDI (a)
Novas construções						
<u>AIMORÉS</u> LT 500 kV Padre Paraíso 2 - Governador Valadares 6 C2	Implantação de linha de transmissão.	Contrato Concessão 004/2017	R\$79.374	R\$341.118	Fevereiro de 2022	Portaria MME nº 171/2017. ADE da RFB nº 191/2017
<u>PARAGUAÇU</u> LT 500 kV Poções III - Padre Paraíso 2 C2	Implantação de linha de transmissão.	Contrato Concessão 003/2017	R\$118.479	R\$505.595	Fevereiro de 2022	Portaria MME nº 181/2017. ADE da RFB nº 98/2017
<u>Ivaí</u> Guaíra - Sarandi - CD, C1 e C2; LT Foz do Iguaçu - Guaíra - CD, C1 e C2; Londrina - Sarandi, CD, C1 e C2; Sarandi - Paranavaí Norte, CD; Guaíra; SE Sarandi; SE Paranavaí Norte	Implantação de linhas de transmissão e subestações e ampliação das subestações associadas.	Contrato Concessão 022/2017	R\$294.001	R\$1.936.474	Agosto de 2022	Portaria MME nº 355/2017. ADE da RFB nº 10/2018
<u>ESTE</u> Mesquita - João Neiva 2; SE João Neiva 2	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas.	Contrato Concessão 019/2017	R\$112.263	R\$485.841	Fevereiro de 2022	Portaria MME nº 216/2017. ADE da RFB-SP nº 167/2017
<u>EDTE</u> Ibicoara - Poções III; Poções III - Poções II CD, C1 e C2, 2 x 2,5 km; SE 500/230 kV Poções III - (3+1Res) x 200 MVA	Implantação de linhas de transmissão e subestações e ampliação das subestações associadas.	Contrato Concessão 015/2016	R\$69.147	R\$367.948	Concluído em 20/01/2020	Portaria MME nº 118/2017. ADE da RFB-SP nº 90/2017

(a) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

As principais características dos contratos de concessão assinados entre as concessionárias e a ANEEL são similares às da Taesa descritas na nota explicativa nº 7.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(ii) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Concessão	Financiador	Vencimento final	Garantias	Encargos financeiros	31/03/2020	31/12/2019
IVAÍ	1ª Debênture	Bradesco		4,5% a.a.	1.602.950	1.652.203
ETAU	BNDES	jan/21	(f)	Taxa fixa	64	83
	Finame Alston			9,5%a.a.		
	BNDES	jan/21	(d)	Taxa fixa	749	974
	Finame Toshiba			9,5%a.a.		
	BNDES Automático	ago/21	(b)	TJLP + 5,20% / SELIC + 3,76%	5144	6.034
	BNDES Giro	ago/23	(d)	TLP + 2,78%	10.376	10.379
Controladas em conjunto					1.619.283	1.669.673
EATE	Itaú	mar/19		CDI + 1,15%	-	-
	Itaú	ago/20		109,75% CDI	18.817	28.261
	Itaú	set/19		113% CDI	-	-
	Itaú	set/21	(a)	116% CDI	54.143	54.149
	Bradesco	set/22		107,75% CDI	38.112	41.901
	Bradesco	jun/23		113,53 % CDI	60.122	64.713
	Bradesco	jul/24		108,60% CDI	271.758	276.018
EBTE	Bradesco	jun/23		-	-	-
	HSBC	fev/20	(a)	113,83% CDI	71.312	76.755
ECTE	Bradesco	set/22	(a)	CDI + 2,15%	-	2.007
	Bradesco	jul/24		107,75% CDI	74.910	74.861
				108,60% CDI	50.243	51.022
ENTE	Itaú	ago/20		109,75% CDI	29.350	44.077
	Itaú	set/19		113% CDI	-	-
	Itaú	set/21	(a)	116% CDI	-	12.023
	Bradesco	jul/24		108,60% CDI	50.232	51.012
ETEP	Itaú	ago/20	(a)	109,75% CDI	8.166	12.263
	Bradesco	jun/23		112% CDI	35.723	38.450
EDTE	Santander	dez/28	(e)	IPCA + 5,29%	326.026	317.830
TRANSLESTE	BDMG	mar/25	(d)	10% a.a.	12.165	12.784
	BNB	mar/25		9,5% a.a.	3.763	3.950
	Bradesco	ago/20	(a)	109,87% CDI	6.663	9.916
	Bradesco	set/22		107,75% CDI	29.885	29.875
TRANSIRAPÉ	BDMG	jul/20		4,5% a.a.	44	77
	BDMG	jan/24		3,5% a.a.	9.145	9.742
	BDMG	abr/21	(c)	4,5% + TJLP	1.663	2.047
	BDMG	out/29		3,5% + TJLP	4.207	4.317
	BNDES	abr/26		6% a.a.+TJLP	3.040	3.166
	Bradesco	set/22	(a)	107,75% CDI	24.211	26.634
TRANSUDESTE	Bradesco	set/22	(a)	107,75% CDI	30.446	33.493
Coligadas diretas e indiretas					1.214.146	1.281.343
					2.833.429	2.951.016

(a) Sem garantias.

(b) Carta de Fiança, emitida pela Taesa, em favor do Banco Santander, formalizada em instrumento apartado. O valor contratado foi de R\$13.619 e os recursos serão liberados mediante comprovação financeira.

(c) Penhor das ações da empresa detidas pela EATE e pela Transminas Holding S.A., constituição de conta-reserva e vinculação da receita da Companhia.

(d) Carta de Fiança emitida pela TAESA, em favor do Banco Santander, formalizada em instrumento apartado, no limite de 52,6%, do valor de R\$125, proporcional à sua participação acionária.

(e) Fiança proporcional da Alupar de 50,01% e da TAESA de 49,99% do montante total.

(f) Carta de Fiança emitida pela TAESA, em favor do Banco Santander, formalizada em instrumento apartado, no limite de 52,6%, do valor de R\$125, proporcional à sua participação acionária.

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de março de 2020, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(iii) Provisão para riscos trabalhistas e cíveis e passivos contingentes

A Administração das empresas controladas em conjunto e coligadas, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, e consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, constituiu provisão para riscos trabalhistas em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Provisão para riscos	31/03/2020			31/12/2019		
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Cíveis	Trabalhistas	Total
ETAU	122	249	371	116	248	364
BRAS	-	-	-	216	-	216
Controladas em conjunto	122	249	371	332	248	580
EATE	-	1.355	1.355	-	1.349	1.349
EBTE	-	19	19	-	18	18
ECTE	-	52	52	-	52	52
ETEP	-	7	7	-	6	6
Coligadas diretas	-	1.433	1.433	-	1.425	1.425
	122	1.682	1.804	332	1.673	2.005

Existiam outros processos administrativos e judiciais nas áreas cível, tributária e trabalhista, avaliados pelos assessores jurídicos externos como sendo de risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, como segue:

Passivos contingentes	31/03/2020	31/12/2019
ETAU	14	35
Controladas em conjunto	14	35
EATE	28.182	4.263
EBTE	1.337	1.325
ECTE	31	30
ENTE	10.823	877
ETEP	5.648	-
Coligadas diretas	46.021	6.495
	46.035	6.530

(iv) Receita Anual Permitida

Concessão	Ciclo 2019-2020 Resolução nº 2.565 de 25/06/2019 Período: de 01/07/2019 a 30/06/2020			Ciclo 2018-2019 Resolução nº 2.408 de 26/06/2018 Período: de 01/07/2018 a 30/06/2019			Ciclo 2017-2018 Resolução nº 2.258 de 30/06/2017 Período: de 01/07/2017 a 30/06/2018		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
ETAU	50.913	(1.578)	49.335	48.001	(1.960)	46.041	46.039	(2.207)	43.832
BRAS (*)	-	-	-	26.213	(838)	25.375	25.801	(1.374)	24.427
ENTE	204.038	(9.025)	195.013	234.740	(8.555)	226.185	225.130	(13.240)	211.890
EATE	244.572	(9.496)	235.076	227.207	(13.837)	213.370	354.280	(26.483)	327.797
EBTE	46.126	(1.609)	44.517	48.313	(1.577)	46.736	46.005	(2.480)	43.525
ECTE	53.352	(1.838)	51.514	49.564	(1.659)	47.905	47.529	(4.954)	42.575
ETEP	55.143	(1.997)	53.146	51.228	(2.159)	49.069	56.367	(5.645)	50.722
ERTE	38.978	(1.998)	36.980	52.687	(1.851)	50.836	50.533	(2.972)	47.561
STC	47.345	(1.478)	45.867	45.238	(3.522)	41.716	43.982	(1.574)	42.408
Lumitrans	29.910	(1.038)	28.872	27.786	(917)	26.869	26.629	(1.553)	25.076
ESDE	14.098	(1.957)	12.141	13.471	(307)	13.164	13.097	(1.002)	12.095
ETSE	21.089	(792)	20.297	20.151	(2.292)	17.859	19.591	(1.229)	18.362
Transirapé	37.175	(1.221)	35.954	34.535	(1.173)	33.362	33.123	(1.585)	31.538
Transleste	45.794	(1.484)	44.310	42.543	(1.652)	40.891	40.804	(2.400)	38.404
Transudeste	28.384	(938)	27.446	26.369	(1.024)	25.345	25.291	(1.487)	23.804
TOTAL	916.917	(36.449)	880.468	948.046	(43.323)	904.723	1.054.201	(70.185)	984.016

(*) Em 31 de maio de 2019 a Brasnorte se tornou uma controlada da Taesa.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. PARTES RELACIONADAS

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
Transações entre a Taesa e suas controladas em conjunto						
1	OCR x Outras receitas -back-office" - ETAU	R\$69 Valor mensal	09/07/2018 a 09/07/2023	Multa de 2% a.m. / Atualização anual pelo IGP-M	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante prévio aviso de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	Não houve.
2	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - ETAU (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
Transações entre a Taesa e suas coligadas						
3	OCR x disponibilidades - CCI - EDTE	229 Valor total	27/12/2018 até a extinção da concessão	Multa de 2% a.m. / juros de mora 12% a.a. /atualização anual pelo IPCA.	Não houve.	Não houve.
Transações entre a Taesa e suas controladas						
4	OCR x Outras receitas - "Back-office" - BRAS (**)	R\$36 Valor mensal	21/05/2018 até 21/05/2023	Multa de 2% a.m. / juros de mora de acordo com o mercado financeiro/atualização anual pelo IGP-M.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante prévio aviso de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	Não houve.
5	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - MAR	R\$27 Valor mensal	05/11/2019 a 05/11/2024	Multa de 2% a. m. + juros de mora / Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Contrato anuído através do Despacho ANEEL nº 2.977/2019.
6	OCR x Outras receitas - Serviços de Operação e Manutenção - ATE III	R\$226 Valor mensal	04/12/2019 a 04/12/2024	Multa de 2% + mora de juros de 1% a.m. / Atualização anual pelo IGP- M/setembro.	O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial e sem que assista a contratada direito a ressarcimento ou indenização (condicionado aos termos da cláusula décima quarta do contrato), com antecedência mínima de 30 dias corridos.	Contrato prorrogado e objeto alterado para operação e manutenção. A contratada se obriga a providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por lei, com vigência durante toda a execução do contrato.
7	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - ATE III	R\$27 Valor mensal	13/06/2019 a 13/06/2024	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação	Contrato anuído através do Despacho ANEEL nº 1.665/2019.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
					judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	
8	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - ATEIII (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
9	Comodato de equipamentos - ATE III	Não possui valor	27/05/2019 a 31/12/2020 ou 10 dias após solicitação neste sentido	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	O valor do aluguel em caso de não devolução no prazo acordado será de R\$ 100,00 por dia de atraso.
10	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - SGT	R\$27 Valor mensal	27/09/2019 a 27/09/2024	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Contrato anuído através do Despacho ANEEL nº 2.637/2019
11	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - MIR	R\$44 Valor mensal	28/10/2016 a 27/10/2021	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	O contrato teve anuência da ANEEL conforme despacho nº 472 de em 15 de fevereiro de 2017.
12	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - MIR (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
13	OCP x Operação e Manutenção - MIR	R\$125 Valor mensal	05/12/2019 à 04/12/2024	Multa de 2% + juros de mora de 1% a. m.+ atualização monetária IGPM/Atualização anual pelo IGPM	O contrato pode ser rescindido, pela contratante, nos casos inadimplemento comprovado de qualquer cláusula contratual pela contratada ou incapacidade técnica.	Não houve.
14	OCR x disponibilidades - CCI - JAN	R\$5 Valor mensal a partir do início da operação	29/09/2017 até a extinção da concessão	Multa de 2% a.m. + juros de mora de 12% a.a. / Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser reincidido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, por determinação legal ou por mútuo acordo entre as partes.	Caso uma das partes não possa cumprir qualquer de suas obrigações, em decorrência de caso fortuito ou força maior, nos termos do artigo 393 do código civil, o presente contrato permanecerá em vigor, ficando a obrigação afetada suspensa por tempo igual ao de duração do evento e proporcionalmente aos seus efeitos. Os custos de implantação no valor de R\$1.512 foram pagos em 10 parcelas mensais

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
						de junho de 2018 à março de 2019, atualizados pelo IPCA acumulado.
15	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - JAN (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve	Não houve
16	CRCP x disponibilidades - reembolso de despesas - SAN (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
17	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - SJT (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
Transações entre as controladas da Taesa e empresas ligadas						
18	CRCP x Outras receitas - Contrato de CCT - CEMIG D x SGT	R\$57 Valor mensal	18/03/2014 até o término da concessão.	Juros efetivos de mora de 12% a.a. e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA, quando da atualização da RAP.	Por qualquer das partes por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior.	Não houve.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo e entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

R E F	Consolidado				
	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/03/2019
	<u>Transações com controladas em conjunto</u>				
1	Serviços de "back-office" Taesa x Etau	75	76	218	210
2	Reembolso de despesas Taesa x Etau	-	29	-	-
4	Serviços de "back-office"- Taesa x Brasnorte	-	-	-	159
	<u>Transações com coligadas</u>				
3	Reembolso de despesas Taesa x EDTE	368	-	368	-
	<u>Transações entre as controladas e empresas ligadas</u>				
18	Contrato de CCT - CEMIG D x SGT (*)	81	81	244	240
		524	186	830	609

(*) Saldo existente registrado no balanço patrimonial na rubrica "Contas a receber de concessionárias e permissionárias".

R E F	Controladora				
	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/03/2019
	<u>Transações com controladas em conjunto</u>				
1	Serviços de "back-office" Taesa x Etau	75	76	218	210
2	Reembolso de despesas Taesa x Etau	-	29	-	-
4	Serviços de "back-office"- Taesa x Brasnorte	-	-	-	159
	<u>Transações com coligadas</u>				
3	Reembolso de despesas Taesa x EDTE	368	-	368	-
	<u>Transações com controladas</u>				
4	Serviços de "back-office"- Taesa x Brasnorte	38	38	111	

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Contratos e outras transações	Controladora			
		Ativo		Receita	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/03/2019
5	Serviços de "back-office" - Taesa x MAR	27	27	80	81
6	Serviços de O&M - Taesa x ATE III	271	89	680	127
7	Serviços de "back-office" - Taesa x ATEIII	26	27	78	78
8	Reembolso de despesas Taesa x ATEIII	-	17	-	-
10	Serviços de "back-office" - Taesa x SGT	27	27	79	74
11	Serviços de "back-office" - Taesa x MIR	48	48	140	142
12	Reembolso de despesas Taesa x MIR	-	1	-	-
13	Serviços de O&M - Taesa x MIR	125	-	375	-
14	Compartilhamento de Instalações (CCI) - Taesa x JAN	-	-	-	465
15	Reembolso de despesas Taesa x JAN	1	270	-	71
16	Reembolso de despesas Taesa x Sant'Ana	5	2	-	-
17	Reembolso de despesas Taesa x São João	5	-	-	-
		1.016	651	2.129	1.407

b) Passivos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
	Transações entre a Taesa e empresas ligadas					
1	OCP x Prestação de serviços "Data Center" - Ativas	R\$ 47 valor mensal.	29/09/2017 a 29/09/2020	Juros de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	Cada uma das partes terá direito de rescindir o contrato mediante o envio de uma notificação por escrito à outra parte, com 90 dias de antecedência, quando da ocorrência de quaisquer eventualidades, como falência decretada, transferência parcial ou total de patrimônio ou bens e uma das partes violar quaisquer dispositivos do contrato.	O presente contrato poderá ser renovado por períodos maiores mediante a assinatura de termos aditivos.
2	OCP x serviços prestados - Serviços técnicos e de suporte pós produção do sistema Mega - Axxiom	R\$1.318 Valor total do contrato.	02/09/2016 - término indeterminado.	Juros de 1% ao mês.	Não houve.	Não houve.
3	OCP x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário.	19/03/2012 - término indeterminado.	Taxa de administração de 1% sobre o total das contribuições mensais / Não há atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
4	OCP x Serviços prestados - CCI - TAESA (ETEO) - CTEEP	Valor total do contrato R\$2 valor mensal.	20/07/2001 até a extinção da concessão de uma das partes.	Juros de 12 a.a./Multa de 2% Atualização pelo IGP-M.	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes ou por determinação legal.	Não houve.
5	OCP x Serviços prestados - CCI - TAESA (ATE) - CTEEP	Valor total do contrato R\$ 10 valor mensal	22/07/2004 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros de 12 a.a./Multa de 2% Atualização pelo IGP-M	Não houve.	Não houve.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6	OCP x Serviços prestados - Telecomunicações - TAESA - INTERNEXA	Valor total do contrato R\$ 3 valor mensal	30/08/2018 a 30/08/2020	Juros de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	Falta de cumprimento de qualquer das obrigações, recuperação judicial, abas as partes optarem pela rescisão antecipada.	Não houve.
---	---	--	-------------------------	--	---	------------

Transações entre as controladas da Taesa e empresas ligadas

7	OCP x Serviços prestados - CCI - SGT x CEMIG GT	R\$ 3 Valor mensal	A partir de 17/02/2014 até o vencimento da concessão.	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.
---	---	--------------------	---	--	---	------------

8	OCP x O&M - SGT x CEMIG GT	R\$49 Valor mensal	10/07/2019 a 10/07/2024	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido antecipadamente e unilateralmente, a seu exclusivo critério, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição, por um prazo acertado entre as partes, cassação da concessão referente às instalações da transmissão; e por decisão da contratante após transcorridos 18 meses da celebração do CPSOM.	Não houve.
---	----------------------------	--------------------	-------------------------	--	---	------------

9	OCP x Serviços prestados - CCI - MAR x CEMIG GT	R\$205 parcela única e R\$50 Valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes.	Atualização anual pelo IPCA.	Não houve.	O pagamento do valor mensal será devido a partir do início da operação comercial
---	---	---	---	------------------------------	------------	--

Transações entre a Taesa e suas Controladas

10	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - SAN (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve	Não houve
----	--	-----	-----	---	-----------	-----------

11	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - MAR (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve	Não houve
----	--	-----	-----	---	-----------	-----------

12	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - ATE III (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve	Não houve
----	--	-----	-----	---	-----------	-----------

Transações entre a Taesa e sua Controladora

13	OCP X Investimento - aquisição Transmineiras - Valor Adicional - CEMIG	Parcela única de R\$12.883	Quando da obtenção de decisão favorável por parte das Transmineiras nos processos judiciais.	Varição acumulada de 100% CDI a partir de 01/01/2017 até o dia útil anterior ao pagamento.	Não houve.	Vide nota explicativa nº10 - Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas.
----	--	----------------------------	--	--	------------	---

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo. Não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado e não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

R E F	Contratos e outras transações	Consolidado			
		Passivo		Custos e Despesas	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/03/2019
	Transações entre a Taesa e empresas ligadas				
1	Data Center - Taesa x Ativas	52	53	159	154
2	Serviços técnicos e de suporte pós produção do sistema MeGA - Taesa x Axxiom	-	-	243	19
3	Previdência privada - Taesa x Forluz - despesa	-	-	463	437
3	Previdência privada - Taesa x Forluz - custo	-	-	190	113
4	Compartilhamento de instalações - CCI - Taesa (ETEO) x	-	-	22	83
5	Compartilhamento de instalações - CCI - Taesa (ATE) x CTEEP	-	-	72	261
6	Taesa x INTERNEXA - Telecomunicações	4	-	11	-
	Transações entre as controladas e empresas ligadas				
7	CCI - SGT x CEMIG GT	4	-	12	11
8	O&M - SGT x CEMIG GT	43	43	129	144
9	CCI - MAR x CEMIG GT	-	-	-	7
	Transações entre Taesa e sua controladora				
13	Aquisição Transmineiras - Valor Adicional - Taesa X CEMIG	12.883	12.883	-	-
		12.986	12.979	1.301	1.229

R E F	Contratos e outras transações	Controladora			
		Passivo		Custos e Despesas	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/03/2019
	Transações entre a Taesa e empresas ligadas				
1	Data Center - Taesa x Ativas	52	53	159	154
2	Serviços técnicos e de suporte pós produção do sistema MeGA - Taesa x Axxiom	-	-	243	19
3	Previdência privada - Taesa x Forluz - despesa	-	-	453	422
3	Previdência privada - Taesa x Forluz - custo	-	-	178	108
4	CCI - Taesa (ETEO) x CTEEP	-	-	22	83
4	CCI - Taesa (ATE) x CTEEP	-	-	72	261
6	Taesa x INTERNEXA - Telecomunicações	4	-	11	-
	Transações com controladas				
10	Reembolso de despesas Taesa x Sant'Ana	-	2	-	-
11	Reembolso de despesas Taesa x MARIANA	-	1	-	-
12	Reembolso de despesas Taesa x ATE III	-	10	-	-
	Transações entre Taesa e sua controladora				
13	Aquisição Transmineiras - Valor Adicional - Taesa X	12.883	12.883	-	-
		12.939	12.949	1.138	1.047

II – Fundo de renda fixa – Pampulha (Títulos e Valores Mobiliários).

A Taesa é cotista do Fundo Pampulha, que detém aplicações em títulos emitidos por empresas relacionadas à Companhia:

Título	Emissor	Data Vencimento	Taxas	Consolidado		Controladora		Taxa efetiva de rentabilidade	
				31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Aplicações em fundo de investimento não exclusivo (Grupo Taesa e Grupo Cemig)									
NC	Gasmig	25/09/2020	107% do CDI	2.429	4.675	1.241	2.981	1,07%	6,36%
				2.429	4.675	1.241	2.981		

III – Dividendos e JCP a pagar e a receber

Dividendos a receber	31/12/2019	Adição (a)	Recebimento	31/03/2020
<i>Controladas em conjunto e coligadas</i>				
ETAU	101	-	-	101
EATE	-	142.651	(24.991)	117.660
EBTE	-	1.869	(1.869)	-
ECTE	-	2.296	-	2.296
ENTE	-	79.138	-	79.138
ERTE	-	2.223	-	2.223
ETEP	-	33.562	-	33.562
TRANSIRAPÉ	-	5.053	-	5.053
Consolidado	101	266.792	(26.860)	240.033

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Dividendos a receber	31/12/2019	Adição (a)	Recebimento	31/03/2020
<i>Controladas</i>				
BRAS	7.270	-	-	7.270
SGT	34.393	-	-	34.393
MAR	806	-	-	806
MIR	22.673	-	-	22.673
JAN	9.995	-	-	9.995
SAN	50	-	-	50
Controladora	75.288	266.792	(26.860)	315.220

Dividendos a receber	31/12/2018	Adição (reversão) (a)	Recebimento	31/12/2019
<i>Controladas em conjunto e coligadas</i>				
ETAU	93	13.344	(13.336)	101
BRAS	2.514	2.513	(5.027)	-
EATE	-	136.224	(136.224)	-
ECTE	2.103	6.110	(8.213)	-
ENTE	-	63.486	(63.486)	-
ERTE	-	9.218	(9.218)	-
ETEP	-	14.321	(14.321)	-
TRANSLESTE	37	9.904	(9.941)	-
TRANSIRAPE	833	8.279	(9.112)	-
TRANSUDESTE	-	3.577	(3.577)	-
Consolidado	5.580	266.976	(272.455)	101
<i>Controladas</i>				
BRAS	-	7.270	-	7.270
ATE III	-	62.806	(62.806)	-
SGT	5.631	28.762	-	34.393
MAR	4.350	(3.544)	-	806
MIR	18.417	4.256	-	22.673
JAN	4.991	5.004	-	9.995
SAN	-	50	-	50
Controladora	38.969	371.580	(335.261)	75.288

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2019			Adição (a)		Pagamento		31/03/2020		
	Divi- dendos	JCP	Total	Divi- dendos	JCP	Divi- dendos	JCP	Divi- dendos	JCP	Total
<i>Consolidado e Controladora</i>										
ISA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cemig	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Controladores (b)	7	4	11	-	-	-	-	7	4	11
	7	4	11	-	-	-	-	7	4	11

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2018			Adição (a)		Pagamento		31/12/2019		
	Divi- dendos	JCP	Total	Divi- dendos	JCP	Divi- dendos	JCP	Divi- dendos	JCP	Total
<i>Consolidado e Controladora</i>										
ISA	-	-	-	56.127	40.787	(56.127)	(40.787)	-	-	-
Cemig	-	-	-	81.765	59.418	(81.765)	(59.418)	-	-	-
Não Controladores (b)	5	2	7	239.329	173.919	(239.327)	(173.917)	7	4	11
	5	2	7	377.221	274.124	(377.219)	(274.122)	7	4	11

(a) Refere-se aos dividendos obrigatórios, adicionais propostos aprovados pela AGO, intercalares e aos juros sobre capital próprio a receber, que são apresentados líquidos do imposto de renda retido na fonte. Os juros sobre capital próprio a pagar são apresentados brutos do imposto de renda retido na fonte.

(b) Dividendos e JCP a pagar a acionistas não controladores, ainda não pagos pela inexistência de dados desses acionistas na corretora.

Pagamento de dividendos e JCP (*)	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor aprovado	Valor por ação ON	Valor por ação PN
Dividendos intercalares	2019	13/11/2019	CA	29/11/2019	121.157	0,11722	0,11722
Dividendos intercalares	2019	05/08/2019	CA	19/08/2019	180.022	0,17419	0,17419
Dividendos intercalares	2019	14/05/2019	CA	28/06/2019	18.872	0,01826	0,01826
Dividendos Adicionais propostos	2018	29/04/2019	AGO	13/05/2019	57.170	0,05532	0,05532
					377.221		
Juros sobre capital próprio	2019	11/12/2019	CA	27/12/2019	62.154	0,06013	0,06013

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Pagamento de dividendos e JCP (*)	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor aprovado	Valor por ação ON	Valor por ação PN
Juros sobre capital próprio	2019	13/11/2019	CA	29/11/2019	65.387	0,06326	0,06326
Juros sobre capital próprio	2019	05/08/2019	CA	19/08/2019	68.708	0,06648	0,06648
Juros sobre capital próprio	2019	14/05/2019	CA	28/06/2019	77.875	0,07535	0,07535
					274.124		

(*) Os dividendos intercalares e os juros sobre capital próprio pagos foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

IV - Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal - classificadas no Resultado – despesa de pessoal

Proporção da remuneração total	2020		2019	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Conselho de Administração	100%	-	100%	-
Conselho Fiscal	100%	-	100%	-
Diretoria estatutária (*)	78%	22%	72%	28%

(*) Composição de remuneração fixa: Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (previdência privada, plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação), benefícios pós-emprego (plano de saúde e plano odontológico). Composição de remuneração variável: Participação nos Lucros e Resultados, Cessação do Cargo.

Valores reconhecidos no resultado	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Número de membros remunerados (*)	13	13	4	4	10	10
Remuneração fixa (**)	467	2.524	2.238	5.943	126	569
Salário ou pró-labore	389	2.179	919	3.922	105	474
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	154	631	n/a	n/a
Encargos	78	345	976	1.109	21	95
Provisões	n/a	n/a	189	281	n/a	n/a
Remuneração variável	n/a	n/a	633	2.290	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	633	2.290	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor total da remuneração	467	2.524	2.871	8.233	126	569

(*) Inclui membros titulares e suplentes, sendo que os conselheiros fiscais suplentes recebem na substituição dos titulares.

(**) O custo da remuneração fixa do conselho inclui o pró-labore e 20% de INSS Patronal.

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Número de membros efetivos	13	13	4	4	5	5
Número de membros suplentes	-	-	-	-	5	5
Maior remuneração individual no período (mensal)	19	19	304	210	10	9
Menor remuneração individual no período (mensal)	19	10	203	154	6	9
Remuneração individual média no período (mensal) (*)	19	16	239	172	8	9

(*) No fechamento do trimestre de 2020 tínhamos dois conselheiros de administração que abdicavam do recebimento do pró-labore, portanto a média será realizada por onze.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E NOTAS PROMISSÓRIAS

Financiador	Concessão	Captação				Encargos financeiros anuais
		Data de assinatura	Tipo	Valor contratado recebido	Vencimento final	
Moeda nacional-R\$ ⁽¹⁾						
BNDES FINAME	TSN	05/12/2012	CCB-subcrédito A	20.250	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
BNDES FINAME	TSN	20/06/2012	CCB-subcrédito A	727	15/07/2022	Taxa fixa de 5,5% a.a.
BNDES FINAME	TSN	13/06/2013	CCB-subcrédito A	30.458	15/06/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.
BNDES FINAME	Patesa	14/10/2014	CCB-subcrédito A	430	15/08/2024	Taxa fixa de 6% a.a.
BNDES FINAME	SGT	04/12/2012	CCB-subcrédito A	19.571	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
CEF ⁽²⁾	SJT	30/12/2013	FINISA	215.634	31/12/2023	Taxa fixa de 3,5%.a.a
CEF ⁽³⁾	SPT	30/12/2013	FINISA	175.942	31/12/2023	Taxa fixa de 3,5%.a.a
CEF ⁽⁴⁾	SPT	05/02/2016	FINISA	8.843	15/02/2026	136,33% CDI a.a.
BNB - FNE	LNT	27/04/2018	CCB-FNE	62.749	31/05/2038	Taxa de fundos constitucionais (TFC).a.m. pro-rata
Moeda estrangeira-US\$ ⁽⁵⁾						
Citibank - Contrato B (Repactuação)	Taesa	11/05/2018	Lei 4.131/62	350.000	10/05/2023	Libor + 0,34% a.a.

¹ Empréstimos mensurados ao custo amortizado. ² Contrato liquidado em 14 de fevereiro de 2020 no valor total de R\$128.718. ³ Contrato liquidado em 14 de fevereiro de 2020 no valor total de R\$106.725. ⁴ Contrato liquidado em 14 de fevereiro de 2020 no valor total de R\$7.237. ⁵ Empréstimo mensurado ao valor justo.

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e notas promissórias									
Financiador	31/12/2019	Aquisição	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo	Juros pagos	Amortização de principal	31/03/2020	Circulante	Não circulante
BNDES-FINAME	21.452	-	148	-	(150)	(1.623)	19.827	6.514	13.313
Citibank Contrato B (Repactuação)	396.153	-	114.377	(508)	(2.799)	-	507.223	1.723	505.500
Controladora	417.605		114.525	(508)	(2.949)	(1.623)	527.050	8.237	518.813
BNDES-FINAME	7.347		44	-	(44)	(611)	6.736	2.454	4.282
CEF-FINISA	-	128.718	-	-	(358)	(128.360)	-	-	-
CEF-FINISA	-	7.237	-	-	(71)	(7.166)	-	-	-
CEF-FINISA	-	106.725	-	-	(297)	(106.428)	-	-	-
BNB-CCB-FNE	-	59.017	59	-	-	-	59.076	2.641	56.435
Consolidado	424.952	301.697	114.628	(508)	(3.719)	(244.188)	592.862	13.332	579.530

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e notas promissórias									
Financiador	31/12/2018	Captação/ custos de captação	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2019	Circulante	Não circulante
BNDES-FINAME	27.948	-	724	-	(730)	(6.490)	21.452	6.516	14.936
Citibank Contrato B (Repactuação)	382.787	-	28.181	(1.657)	(13.158)	-	396.153	1.425	394.728
Controladora	410.735	-	28.905	(1.657)	(13.888)	(6.490)	417.605	7.941	409.664
BNDES-FINAME	9.796	-	215	-	(216)	(2.448)	7.347	2.454	4.893
SANTANDER - NP ⁽¹⁾	-	29.713	1080	-	(793)	(30.000)	-	-	-
Consolidado	420.531	29.713	30.200	(1.657)	(14.897)	(38.938)	424.952	10.395	414.557

¹ Captação no valor de R\$30.000 custos de captação no valor de R\$391.

Parcelas vencíveis por indexador – Consolidado							
Indexador	Circulante	Não circulante					Total
		2021	2022	2023	Após 2023	Subtotal	
Taxa fixa	8.967	6.703	8.899	1.957	36	17.595	26.562
Libor + Dólar	1.724	-	-	505.500	-	505.500	507.224
IPCA	2.864	2.425	3.300	3.300	51.225	60.250	63.114
(-) Custo a amortizar	(223)	(212)	(212)	(212)	(3.179)	(3.815)	(4.038)
	13.332	8.916	11.987	510.545	48.082	579.530	592.862

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de março de 2020, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap") contratados para proteção do serviço associado à dívida com Citibank, bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 20.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. DEBÊNTURES

Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Venc.	31/03/2020					31/12/2019				
					Custo a apropriar	Principal	Juros	MTM	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	MTM	Total
Taesa (a)	3º Emissão - 2ª Série (Itaú BBA) (*)	R\$	IPCA + 4,85%	15/10/2020	(476)	400.302	8.717	-	408.543	(502)	395.772	3.935	-	399.205
Taesa (a)	3º Emissão - 3ª Série (Itaú BBA) (*)	R\$	IPCA + 5,10%	15/10/2024	(476)	1.062.885	24.403	-	1.086.812	(502)	1.050.855	11.051	-	1.061.404
Taesa (b)	4º Emissão - 1ª Série (Itaú BBA/BB/Santander)	R\$	IPCA + 4,41%	15/09/2024	(2.144)	280.843	6.618	-	285.317	(2.359)	276.719	3.529	-	277.889
Taesa (b)	4º Emissão - 2ª Série (Itaú BBA/BB/Santander)	R\$	105% do CDI	15/09/2020	(2.144)	287.669	490	-	286.015	(2.359)	287.669	4.413	-	289.723
Taesa (c)	5º Emissão - 1ª Série (BB/Safrá/Bradesco)	R\$	IPCA + 5,9526%	15/07/2025	(10.716)	557.650	23.514	-	570.448	(11.328)	549.526	15.211	-	553.409
Taesa (d)	6º Emissão - 1ª Série (Santander-ABC-BB)	R\$	108% do CDI	15/05/2026	(10.450)	852.306	14.411	(2.306)	853.961	(10.528)	850.000	5.034	2.306	846.812
Taesa (d)	6º Emissão - 2ª Série (Santander-ABC-BB)	R\$	IPCA + 5,50%	15/05/2044	(10.450)	215.595	4.256	-	209.401	(10.528)	211.064	1.350	-	201.886
Taesa (e)	7º Emissão - 1ª Série (BTG-Santander-XP Investimentos)	R\$	IPCA + 4,50%	15/09/2044	(30.575)	520.842	9.825	-	500.092	(31.330)	513.193	4.050	-	485.913
Taesa (f)	8º Emissão - 1ª Série (Santander)	R\$	IPCA + 4,7742%	15/12/2044	(20.083)	301.500	2.803	-	284.220	-	-	-	-	-
Controladora					(87.514)	4.479.592	95.037	(2.306)	4.484.809	(69.436)	4.134.798	48.573	2.306	4.116.241
Circulante									773.666					724.086
Não circulante									3.711.143					3.392.155
JAN (g)	1º Emissão - 1ª Série (BTG-Santander-XP)	R\$	IPCA + 4,5%	15/07/2033	(12.295)	234.112	11.692	-	233.509	(12.697)	228.463	8.826	-	224.592
JAN (h)	2º Emissão - Série única (Itaú - BTG)	R\$	IPCA + 4,8295%	15/12/2044	(36.365)	583.298	7.471	-	554.404	(35.366)	576.805	648	-	542.087
Consolidado					(136.174)	5.297.002	114.200	(2.306)	5.272.722	(117.499)	4.940.066	58.047	2.306	4.882.920
Circulante									773.666					724.086
Não circulante									4.499.056					4.158.834

(*) Ativos negociados no mercado secundário no período de 31 de dezembro de 2019 à 31 de março de 2020, cujo os valores justos forma mensurados com base em cotações e estão apresentados na nota explicativa nº 20.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Taesa:

- (a) Em 15 de outubro de 2012 emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, atualizadas monetariamente pelo IPCA, sendo 793.000 (setecentos e noventa e três mil) da 2ª série e 702.000 (setecentos e dois mil) da 3ª série. Pagamento de juros em 15 de outubro de cada ano. A 2ª série com amortização em três parcelas anuais, sendo o primeiro vencimento em 15 de outubro de 2018 e 3ª série com amortização em quatro parcelas anuais, sendo o primeiro vencimento em 15 de outubro de 2021.
- (b) Em 15 de setembro de 2017 emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, sendo 255.000 (duzentos e cinquenta e cinco mil) da 1ª série atualizada monetariamente pelo IPCA, com pagamento de juros em 15 de setembro de cada ano, e 287.669 (duzentos e oitenta e sete mil, seiscentos e sessenta e nove) títulos da 2ª série com pagamento de juros nos dias 15 dos meses de março e setembro de cada ano. A 1ª série com amortização em duas parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de setembro de 2023 e 2ª série com amortização única em 15 de setembro de 2017.
- (c) Em 15 de julho de 2018 emitiu 525.772 (quinhentos e vinte e cinco mil, setecentos e setenta e dois) debêntures simples, não conversíveis em ações, atualizadas monetariamente pelo IPCA. Pagamento de juros no dia 15 do mês de julho de cada ano e amortização em duas parcelas, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2024.
- (d) Em 15 de maio de 2019 emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, sendo 850.000 (oitocentos e cinquenta mil) da 1ª série e 210.000 (duzentos e dez mil) 2ª série. A 1ª série não atualizada monetariamente e com amortização única em 15 de maio de 2026. A 2ª série atualizada monetariamente pelo IPCA e com amortização semestral, sendo a primeira com vencimento em 15 de maio de 2023. Pagamento de juros de ambas as séries no dia 15 dos meses de novembro e maio de cada ano.
- (e) Em 15 de setembro de 2019 emitiu 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, atualizadas monetariamente pelo IPCA. Pagamento de juros no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano e amortização semestral, sendo a primeira com vencimento em 15 de setembro de 2025.
- (f) Em 18 de dezembro de 2019 emitiu 300.000 (trezentos mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, atualizadas monetariamente pelo IPCA. Em 17 de janeiro de 2020 foi concluída a captação de recursos. Pagamento de juros no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano e amortização semestral, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2022.

Janaúba:

- (g) Em 11 de janeiro de 2019 emitiu 224.000 (duzentos e vinte e quatro mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, atualizadas monetariamente pelo IPCA. Pagamento de juros e amortizações no dia 15 dos meses de janeiro e de julho de cada ano, com primeiro vencimento em 15 de janeiro de 2022.
- (h) Em 16 de dezembro de 2019 emitiu 575.000 (quinhentos e setenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, atualizadas monetariamente pelo IPCA. Pagamento de juros e amortizações no dia 15 dos meses de dezembro e de junho de cada ano, com primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2025.

Movimentação das debêntures	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial	4.882.920	2.879.424
(+) Novas captações	300.000	2.367.960
(+) Juros e variação monetária incorridos	117.807	305.825
(-) Pagamento de principal	-	(391.201)
(-) Pagamento de juros	(7.024)	(185.321)
(-) Custo de captação (Novas captações)	(22.054)	(103.651)
(+) Amortização do custo de captação	3.379	7.578
(+) MTM	-	2.306

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação das debêntures	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
(+) Ajuste hedge accounting	(2.306)	-
Saldo final	5.272.722	4.882.920

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	Não circulante					Total
		2021	2022	2023	Após 2024	Subtotal	
CDI	302.570	-	-	-	450.000	450.000	752.570
IPCA	480.438	265.721	303.520	418.142	3.188.505	4.175.888	4.656.326
(-) Custos de emissão a amortizar	(9.342)	(6.766)	(13.046)	(9.514)	(97.506)	(126.832)	(136.174)
	773.666	258.955	290.474	408.628	3.540.999	4.499.056	5.272.722

Os contratos da 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures da Taesa e da 1ª emissão de debêntures de Janaúba, possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado.

A 2ª Série da 6ª e a 8ª emissão de debêntures da Taesa, possuem a seguinte cláusula restritiva "covenants" financeiras e de vencimento antecipado:

Constituição em favor dos debenturistas junto ao Banco Santander "Conta de Pagamento de Debêntures" onde deverá ser mantido um saldo mínimo correspondente, pelo menos, ao valor da próxima parcela do Valor Nominal Atualizado acrescido do valor da próxima parcela da Remuneração.

Em 31 de março de 2020, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap") contratados para proteção do serviço associado à 1ª série da 6ª emissão de debêntures, bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 20.

16. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Os valores apresentados em 31 de março de 2020 possuem depósito judicial no valor de R\$11.317 (R\$10.971 em 31 de dezembro de 2019). Os saldos referem-se basicamente às ações cíveis, fiscais e trabalhistas envolvendo discussão de servidão administrativa, reclamação de horas extras e manifestações de inconformidade referentes a compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e CSRF) não homologadas pela RFB.

Mutação das provisões	31/12/2019	Aquisição (a)	Adições	Baixa	Reversões (b)	31/03/2020
Trabalhistas	4.057	-	1.427	-	-	5.484
Tributários	12.404	-	-	-	-	12.404
Cíveis	4.800	-	-	(209)	(85)	4.506
Outras	1.484	-	-	-	-	1.484
Controladora	22.745	-	1.427	(209)	(85)	23.878
Trabalhistas	4.058	-	1.497	-	-	5.555
Tributários	14.978	-	-	-	-	14.978

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Mutação das provisões	31/12/2019	Aquisição (a)	Adições	Baixa	Reversões (b)	31/03/2020
Cíveis	10.758	20	212	(225)	(85)	10.680
Outras	1.484	-	-	-	-	1.484
Consolidado	31.278	20	1.709	(225)	(85)	32.697

Mutação das provisões	31/12/2018	Aquisição(a)	Adições	Baixa	Reversões (b)	31/12/2019
Trabalhistas	3.833	-	1.492	-	(1.268)	4.057
Tributários	13.939	-	80	(1.484)	(131)	12.404
Cíveis	5.085	-	641	(88)	(838)	4.800
Outras	-	-	1.484	-	-	1.484
Controladora	22.857	-	3.697	(1.572)	(2.237)	22.745
Trabalhistas	3.993	-	1.492	-	(1.427)	4.058
Tributários	13.939	2.573	80	(1.483)	(131)	14.978
Cíveis	10.543	216	1.302	(453)	(850)	10.758
Outras	-	-	1.484	-	-	1.484
Consolidado	28.475	2.789	4.358	(1.936)	(2.408)	31.278

- (a) A Companhia adquiriu as empresas SJP e SPT em 14 de fevereiro de 2020 e LNT em 13 de março de 2020. Em 31 de maio de 2019 a Brasnorte se tornou uma controlada da Taesa.
- (b) As reversões ocorreram, basicamente, em razão do encerramento de diversos processos trabalhistas, tributários e cíveis, sem que houvesse a necessidade de realização do pagamento, portanto, convertendo os valores em favor da Companhia e suas controladas.

Passivos contingentes

	31/03/2020				31/12/2019			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Taesa	2.492	636.733	8.205	647.430	2.446	636.646	51.555	690.647
ATE III	-	5.183	-	5.183	-	5.183	5.949	11.132
Brasnorte	-	2.727	-	2.727	-	2.727	-	2.727
São Pedro	40.000	-	-	40.000	-	-	-	-
São João	161.366	-	150.598	311.964	-	-	-	-
Totais	203.858	644.643	158.803	1.007.304	2.446	644.556	57.504	704.506

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos tributários por meio de processos tributários e manifestações de inconformidade, e cíveis por meio de ações anulatórias:

Taesa-TSN - Supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$20.220 em 31 de março de 2020 e R\$20.220 em 31 de dezembro de 2019.

Taesa-NVT - Auto de infração sofrido no ano-calendário 2008 e manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles COFINS e IRPJ, totalizando R\$5.013 em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Taesa-ETEO - Supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$69.470 em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019. São dois processos referentes a dedutibilidade das despesas de amortização do ágio pago pela Lovina Participações S.A. ("Lovina") pela aquisição da ETEO: um relativo ao auto de infração, lavrado em 2012, no ano-calendário 2008, no valor aproximado de R\$39.403 e outro relativo ao auto de infração lavrado de 2014, referente aos anos-calendários 2009 e 2010, valor aproximado de R\$68.737. O primeiro processo foi arquivado em maio de 2018 e o segundo aguarda o julgamento do Recurso Voluntário interposto contra a decisão desfavorável proferida pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Taesa-NTE – Ação anulatória de débito tributário, Manifestações de inconformidade e execuções fiscais às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ, IRRF, CSRF e CSLL, totalizando R\$8.759 em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, sendo o valor de R\$5.448, relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-ATE - Supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRRF, IRPJ e CSLL, totalizando R\$3.855 em 31 de março de 2020 e R\$3.855 em 31 de dezembro de 2019, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-STE - Execuções fiscais referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$4.368 em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-ATEII - Ações declaratórias e manifestações de inconformidade relativas a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles IRPJ e CSLL, totalizando R\$3.631 em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, sendo R\$2.465 relativos aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-ATEII/TSN - Ação anulatória cível ajuizada com vistas a anular o auto de infração expedido pela ANEEL nº 27/2015, oriundo da fiscalização realizada a fim de verificar causas e consequências na LT Ribeiro Gonçalves - São João do Piauí das falhas provocadas por queimadas na faixa de servidão, no montante de R\$2.401 em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019. O processo está concluso ao magistrado aguardando sentença. E ação anulatória cível a fim evitar dano irreparável, tendo em vista não obter êxito no processo administrativo punitivo nº 48500.006152/2012-53.

ATE III – Processos tributários originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa e execuções fiscais para exigência de ICMS, totalizando o valor de R\$5.183 em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019. A ATE III figura no polo passivo de processo administrativo tributário que objetiva a glosa de despesas, com a consequente redução da base do prejuízo fiscal e negativa de CSLL e IRPJ, impactando em R\$1.117 o passivo contingente da Companhia.

Brasnorte – Execução fiscal relativa a discussão quanto a exigência de ICMS no Estado do Mato Grosso, totalizando o valor de R\$2.180 em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos relevantes:

Fiscalização Ágio Atlântico/Alterosa - Em 31 de maio de 2017, a Taesa recebeu carta da RFB que solicitou esclarecimentos e documentação acerca das exclusões nos montantes de R\$98.621 e R\$108.036 registradas no código 152 (ágio), declaradas no e-lalur e e-lacs de 2014 e 2015. A Companhia apresentou, tempestivamente, as informações requeridas pelo Auditor Tributário. Em 13 de setembro de 2018, a Taesa foi intimada do Termo de Início de Procedimento Fiscal, referente ao IRPJ e CSLL não recolhidos no período de apuração de janeiro de 2014 a dezembro de 2015, ante a dedução da base de cálculo dos valores referentes ao ágio oriundo da operação de aquisição da TERNA por CEMIG e FIP. Em 11 de novembro de 2019 a Companhia recebeu o Termo de Encerramento relativo ao procedimento fiscal em andamento, cujo resultado culminou na lavratura do auto de infração no valor de R\$143.085. Em 11 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou a Impugnação do auto de infração.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Fiscalização PIS/COFINS Anos calendários 2015 - Em 11 de novembro de 2019 a Companhia tomou ciência do Auto de Infração lavrado no valor de R\$173.163, decorrente do encerramento do procedimento fiscal 07.1.85.00-2019-00012, instaurado com objetivo de analisar a conformidade legal da apuração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015. O motivo da autuação decorre de suposto erro na definição do regime tributário adotado pela Companhia onde, de acordo com o exposto no Termo de encerramento, todas as concessões da Companhia deveriam ter sido tributadas pelo regime não-cumulativo para o PIS e à COFINS. Em 11 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou a Impugnação do auto de infração.

Fiscalização PIS/COFINS Anos calendários 2016 - Em 13 de novembro de 2019 a Companhia tomou ciência do Auto de Infração lavrado no valor de R\$140.599, decorrente do encerramento do procedimento fiscal 07.1.85.00-2019-00078-7, instaurado com objetivo de analisar a conformidade legal da apuração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016. O motivo da autuação decorre de suposto erro na definição do regime tributário adotado pela Companhia. De acordo com o exposto no Termo de encerramento, todas as concessões da Companhia deveriam ter sido tributadas pelo regime não-cumulativo para o PIS e a COFINS. Em 11 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou a Impugnação do auto de infração.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.067.535, sendo representado por 590.714.069 ações ordinárias e 442.782.652 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Do valor do capital social, foi deduzido contabilmente, nos termos da Deliberação CVM nº 649/10, o montante de R\$25.500, líquido dos impostos e das contribuições, relativo a custos com emissão de ações, resultando, portanto, em um capital social líquido no montante de R\$3.042.035.

Conforme o seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000, com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas Assembleias Gerais, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável e deste Estatuto Social.

As ações preferenciais possuem as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; (ii) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade com cada ação ordinária; e (iii) direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de Controle da Companhia, ao mesmo preço e nas mesmas condições por ação ordinária do bloco de Controle.

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou do estatuto social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

de capital da Companhia; (iv) escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia; e (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvando-se que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Composição acionária em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019								
	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Bloco de controle	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEMIG (*)	218.370.005	36,97	5.646.184	1,28	224.016.189	21,68	215.546.913	58,36%
ISA	153.775.790	26,03	-	-	153.775.790	14,88	153.775.790	41,64%
Free Float	218.568.274	37,00	437.136.468	98,72	655.704.742	63,44	-	-
	590.714.069	100,00	442.782.652	100,00	1.033.496.721	100,00	369.322.703	100,00

(*) Existem 2.823.092 ações ordinárias e 5.646.184 ações preferenciais que não pertencem ao bloco de controle.

Alteração do Estatuto Social - Taesa - Na AGOE realizada em 29 de abril de 2019, foram alterados os artigos 12 (§1º), 15 (caput) e 19 do estatuto social da Companhia, que consistem em: (a) excluir a previsão de membros suplentes na composição do Conselho de Administração da Companhia, (b) aumentar o número de conselheiros titulares, dos atuais 11 (onze) membros para 13 (treze) membros titulares, e (c) outorgar a competência de aprovação do regimento interno do Conselho de Administração ao próprio Conselho de Administração da Companhia. Foi aprovada também a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir, em um documento único, a redação em vigor.

b) **Reserva legal** - Constituída com base em 5% do lucro líquido, apurada em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, definida pelo Conselho de Administração e limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social quando acrescido do montante das reservas de capital conforme §1 da referida lei.

c) **Reserva de incentivo fiscal** - Incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, Maranhão, Tocantins, Goiás e no Distrito Federal, concedidos pela SUDAM e SUDENE, no montante de R\$7.995 em 31 de março de 2020 e R\$19.071 em 31 de dezembro 2019. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e na legislação fiscal vigente.

d) **Reserva especial de ágio** - Com base no disposto na Instrução CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999, artigo 6º, em dezembro de 2009 foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010 foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A., totalizando R\$594.507. O benefício fiscal utilizado pela Companhia até em 31 de março de 2020 foi de R\$288.114 (R\$284.909 até 31 de dezembro 2019).

e) **Outros resultados abrangentes** - As variações do valor justo dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa são reconhecidas sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Em 31 de março de 2020, a Companhia reconheceu um ganho no montante de R\$20.162 (R\$13.307, líquido de impostos).

f) **Remuneração dos acionistas** - O estatuto social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95. Os juros sobre capital próprio são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre capital próprio fica condicionado a existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.

As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia conferem direito à participação nos lucros líquidos de cada exercício em igualdade de condições, sendo assegurada, ainda, aos titulares de cada ação preferencial prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, em caso de alienação de seu controle, tanto por meio de uma operação como por meio de operações sucessivas, o direito à alienação de suas ações nos mesmos termos e nas condições asseguradas ao acionista controlador alienante ("tag-along" com 100% do preço).

Destinação do resultado do exercício	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	1.001.859
Adoção inicial do CPC 47 – lucros acumulados	-
Reserva legal (5%)	(50.093)
Reserva de incentivo fiscal	(19.071)
Lucro líquido do exercício ajustado	932.695
Dividendos mínimos obrigatórios - 50% (R\$0,45123 por ação ordinária e preferencial em 2019 e R\$0,46886 por ação ordinária e preferencial em 2018 - em R\$)	466.348
Dividendos intercalares pagos (R\$0,30968 por ação ordinária e preferencial em 2019 e R\$0,50802 por ação ordinária e preferencial em 2018 - em R\$)	(320.051)
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,26524 por ação ordinária e preferencial em 2019 e R\$0,26690 por ação ordinária e preferencial em 2018 - em R\$)	(274.124)
	(594.175)
IRRF efetivo sobre juros sobre o capital próprio	37.117
Dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio pagos atribuído aos dividendos mínimos obrigatórios	(557.058)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,05976 por ação ordinária e preferencial em 2019 e R\$0,05532 por ação ordinária e preferencial em 2018 - em R\$)	(61.763)
Reserva especial	(276.757)
Resumo das destinações:	
Reservas	(345.921)
Dividendos e juros sobre capital próprio (R\$0,63468 por ação ordinária e preferencial em 2019 e R\$0,83024 por ação ordinária e preferencial em 2018 - em R\$)	(655.938)
	(1.001.859)

18. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
IRPJ e CSLL correntes	(6.368)	(22.369)	(3.239)	(20.883)
IRPJ e CSLL diferidos	(74.154)	(8.005)	(36.822)	(3.259)
	(80.522)	(30.374)	(40.061)	(24.142)

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL – Lucro Real	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Lucro antes dos impostos	444.709	189.956	404.248	183.724
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(151.201)	(64.585)	(137.445)	(62.466)
Equivalência patrimonial	49.341	9.668	88.101	27.410
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	12.560	13.851	8.419	10.870
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	487	1.439	487	1.439
Outros	8.291	9.253	377	(1.395)
Despesa de IRPJ e CSLL	(80.522)	(30.374)	(40.061)	(24.142)
Alíquota efetiva	18%	16%	10%	13%

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Benefício fiscal - SUDAM/SUDENE

A Companhia e suas controladas ATE III e Brasnorte possuem direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão. Tais benefícios possuem algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

Concessão	Órgão Autorizativo	Laudo constitutivo	Localidade	Prazo
Controladora				
TSN	SUDENE	139/2014	BA e GO	31/12/2023
Novatrans	SUDAM	207/2014	TO, MA e DF	31/12/2023
Gtesa	SUDENE	143/2014	PB e PE	31/12/2023
Munirah	SUDENE	138/2014	BA	31/12/2023
ATE II	SUDENE e SUDAM	38/2007 e 237/2017	TO, PI, MA e BA	31/12/2017 e 31/12/2026 (*)
Patesa	SUDENE	100/2016	RN	31/12/2025 (**)
Controladas				
ATE III	SUDAM	222/2018	PA e TO	31/12/2027
BRAS	SUDAM	239/2018	MT	31/12/2027
MIR	SUDAM	(***)	TO	(***)

(*) Benefício aprovado pela SUDENE por meio do Laudo nº 0237/2017 e homologado pela Receita Federal. O benefício por parte da área incentivada pela SUDAM, aprovado pelo laudo 38/2007, está em fase de renovação. (**) Benefício aprovado pela SUDENE através do Laudo nº 100/2016 e protocolado na Receita Federal em 3 de outubro de 2016. Devido ao decurso do prazo para manifestação pela RFB, a Patesa obteve o reconhecimento tácito do incentivo fiscal, reconhecendo os efeitos do benefício em julho de 2017. (***) Conforme Resolução nº 221 de 22 de junho de 2018, a SUDAM reconhece o direito ao incentivo, e na ocasião da entrada em operação do empreendimento a investida apresentará as informações necessárias para emissão do laudo constitutivo, com o objetivo da concessão do benefício, que terá a duração de 10 (dez) anos a partir da liberação do laudo, limitada a vigência do benefício.

Considerando todas as empresas incorporadas pela Taesa ao longo dos últimos anos, o benefício fiscal total na Companhia em 31 de março de 2020 é de aproximadamente 56,26% sobre o lucro da exploração das áreas incentivadas.

A Companhia e suas controladas não incorreram em descumprimento das obrigações das condições relativas aos seus benefícios fiscais.

Benefício fiscal - NTE - Encontram-se nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 todos os detalhes do processo. Não houve atualizações para o processo até 31 de março de 2020.

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Taesa e suas controladas adotam a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto. Esse fato é uma consequência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia e suas controladas mantêm apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques, e possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de frota.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	DM - Valor em risco	Indenização integral	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral	Chubb Seguros do Brasil	20/09/19 a 19/09/20	10.000	-	-	74
Risco Operacional	Mapfre Seguros	02/12/19 a 01/06/21	-	647.431 (a)	-	1.794
Seguro Veículos - Frota	Tokio Marine	24/12/19 a 23/12/20	-	-	100% Tabela FIPE	157
Responsabilidade Civil de Diretores e administradores	Zurich Seguradora	19/09/19 a 18/09/20	15.000	-	-	18

(a) DM - Danos materiais a terceiros - R\$600; danos corporais a terceiros - R\$600; acidentes pessoais - R\$5; e danos morais - R\$60.

Seguro garantia de fiel cumprimento

As controladas MAR, MIR, JAN e SAN contrataram seguro de fiel cumprimento dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações descritas no referido contrato.

Concessão	Leilão	Seguradora	Vigência	Valor Segurado
MAR	13/2013	Junto Seguros S.A.	30/03/2020 a 30/06/2020	5.350
MIR	13/2015 – 1ª etapa	Austral Seguradora S.A.	27/06/2016 a 24/09/2020	27.548
JAN	13/2015 – 2ª etapa	Austral Seguradora S.A.	07/02/2017 a 06/11/2022	95.960
SAN	004/2018	Fator Seguradora S.A.	02/03/2019 a 17/12/2023	30.518

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

20.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração, incluindo o risco de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia e suas controladas não contratam nem negociam instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

20.2 Gestão de risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seus capitais para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos, debêntures e passivo de arrendamento, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e patrimônio líquido.

20.3 Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado:				
- Títulos e valores mobiliários	1.467.614	2.341.814	814.504	1.603.473
- Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	198.833	81.805	188.361	74.973
Custo amortizado:				

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
- Caixa e Bancos	10.715	757	321	422
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	170.468	147.046	137.275	135.618
	1.847.630	2.571.422	1.140.461	1.814.486
<u>Passivos financeiros</u>				
Valor justo por meio do resultado:				
- Empréstimos e financiamentos	507.223	396.154	507.223	396.154
- Debêntures	-	2.306	-	2.306
- Instrumentos financeiros derivativos	(154.384)	(42.836)	(154.384)	(42.836)
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:				
- Fornecedores	83.029	91.200	25.882	48.026
- Empréstimos e financiamentos	85.639	28.798	19.827	21.451
- Debêntures	5.272.722	4.880.614	4.484.809	4.113.935
- Passivo de arrendamento	35.049	35.332	33.339	33.474
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	7.659	18.241	5.389	14.950
	5.836.937	5.409.809	4.922.085	4.587.460

20.4 Risco de mercado

20.4.1 Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

Em 31 de março de 2020, a Companhia possuía 8,83% (R\$507.223) de sua dívida total (empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros e passivo de arrendamento) atrelada à taxa de câmbio. Para mitigar esse risco, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("swap") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros (Libor). A Companhia pretende efetuar as liquidações de ambos os instrumentos nas mesmas datas.

20.4.2 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas. Adicionalmente, a Companhia contrata diferentes swaps de taxas de juros, nos quais a Companhia concorda em trocar, em intervalos específicos, a diferença entre os valores das taxas de juros variáveis (CDI) calculados com base no valor do principal nominal acordado entre as partes. Esses swaps pretendem dar cobertura (hedge) às obrigações da debênture objeto do hedge. Em 31 de março de 2020, depois de considerar o efeito dos swaps das taxas de juros, aproximadamente 80,67% das debêntures tomados pelo Grupo estavam sujeitos à inflação + taxa prefixada.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A dívida da Companhia está segregada por indexador nas notas explicativas nº 14 – Empréstimos e Financiamentos e nº 15 – Debêntures.

20.5 Atividades de Hedge accounting e instrumentos financeiros derivativos

Derivativos não designados como instrumentos de hedge

A Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de swaps na administração das suas exposições. Esses contratos de moeda a termo não são designados como hedges de fluxo de caixa, hedges de valor justo ou hedges de investimento líquido, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda.

A Companhia e suas controladas contratam em determinadas situações instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio, como por exemplo o “swap” cambial sem caixa - US\$ versus CDI.

	“Swap” cambial Citibank – Repactuação
Valor de referência (nacional) em 31/03/2020	US\$ 98.592
Valor de referência (nacional) em 31/12/2019	US\$ 98.592
Direito de a empresa receber (ponta ativa)	(Libor 3 meses + Spread: 0,34%) - ⁽¹⁾ 1,17647
Obrigação da empresa pagar (ponta passiva)	106,0% CDI
Vencimento em	10/05/2023
Ponta ativa em 31/03/2020	507.223
Ponta passiva 31/03/2020	(351.984)
“Swap” ativo (passivo) em 31/03/2020 ⁽²⁾	155.241
“Swap” ativo (passivo) em 31/12/2019 ⁽²⁾	43.907
Valor a receber (a pagar) em 31/03/2020	155.241
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2019	43.907
Valor justo em 31/03/2020	155.241
Valor justo em 31/12/2019	43.907
Ganhos (perdas) 31/03/2020	110.102
Ganhos (perdas) 31/03/2019	583

(1) O fator 1,17647 representa o “gross up” do imposto de renda devido nos pagamentos de amortização e juros.

(2) Ganho não realizado, registrados no balanço patrimonial da controladora e no consolidado, decorrentes dos swaps.

As operações estão registradas em câmara de liquidação e custódia. Não existe nenhuma margem depositada em garantia e a operação não possui custo inicial.

Derivativos designados como instrumentos de hedge - Hedges de fluxo de caixa

A partir de janeiro de 2020, a Companhia designou como instrumento de proteção para uma estrutura hedge de fluxo de caixa, derivativos no montante de R\$400.000 milhões referente a parte da emissão de suas debêntures. Os derivativos contratados foram swap que trocam o risco de 108% do CDI (taxa de juros das debêntures) pelo IPCA mais taxas prefixadas.

O efeito do hedge de fluxo de caixa na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes é demonstrada abaixo:

Classificação do <i>hedge</i>	Objeto de <i>hedge</i>	Instrumento de <i>hedge</i>	Valor de referência	Indexador Passivo	Vencimento	Ganho (Perda) Outros resultados abrangentes
						31/03/2020
Hedge de Fluxo de Caixa	Debênture indexada a 108% do CDI	Swaps	50.000	IPCA + 3.94%	15/05/2026	2.516
			50.000	IPCA + 3.91%	15/05/2026	2.517
			100.000	IPCA + 4.00%	15/05/2026	5.021
			50.000	IPCA + 3.53%	15/05/2026	2.639
			50.000	IPCA + 3.66%	15/05/2026	2.464
			100.000	IPCA + 3.99%	15/05/2026	5.005
Controladora e Consolidado						20.162

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos

Financiador	31/12/2019	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	Ajustes hedge accounting	(Pagamentos) Recebimentos	31/03/2020
Contrato de SWAP (Citibank 4131) ¹	(43.907)	(110.609)	507	-	-	(1.232)	(155.241)
Contrato de SWAP (Santander)	128	2.251	3.818	(7.469)	826	-	(446)
Contrato de SWAP (BR Partners)	995	1.489	4.645	(7.538)	826	-	417
Contrato de SWAP (Itaú)	77	757	1.610	(2.516)	327	-	255
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil)	(129)	698	2.374	(2.639)	327	-	631
Controladora e Consolidado	(42.836)	(105.414)	12.954	(20.162)	2.306	(1.232)	(154.384)

Financiador	31/12/2019	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	(Pagamentos) Recebimentos	31/03/2020
Contrato de SWAP (Citibank 4131) ¹	(43.907)	(110.609)	507	-	(1.232)	(155.241)
Contrato de SWAP (Santander)	128	2.251	4.644	(7.469)	-	(446)
Contrato de SWAP (BR Partners)	995	1.489	5.471	(7.538)	-	417
Contrato de SWAP (Itaú)	77	757	1.937	(2.516)	-	255
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil)	(129)	698	2.701	(2.639)	-	631
Controladora e Consolidado	(42.836)	(105.414)	15.260	(20.162)	(1.232)	(154.384)

Financiador	31/12/2018	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	(Pagamentos) Recebimentos	31/12/2019
Contrato de SWAP (Citibank 4131) ¹	(29.853)	(6.497)	1.657	(9.214)	(43.907)
Contrato de SWAP (Santander) ²	-	1.038	(826)	(84)	128
Contrato de SWAP (BR Partners) ²	-	1.083	(826)	738	995
Contrato de SWAP (Itaú) ²	-	(265)	(327)	669	77
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil) ²	-	(248)	(327)	446	(129)
Controladora e Consolidado	(29.853)	(4.889)	(649)	(7.445)	(42.836)

¹ Instrumento financeiro derivativo e empréstimo mensurados ao valor justo. ² Instrumento financeiro mensurado ao valor justo e debênture ao custo amortizado.

20.6 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis e a Instrução CVM nº 475/08, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	Realizado até 31/03/2020 Anualizado
CDI (i)	2,50%	3,13%	3,75%	4,12%
IPCA (i)	1,95%	2,44%	2,93%	1,30%
Libor (ii)	0,4335%	0,5419%	0,6503%	1,4365%

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 08 de maio de 2020. (ii) Conforme taxas divulgadas no "site" da Bloomberg em 08 de maio 2020.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	Saldo em 31/03/2020	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a março de 2020 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Sem proteção				
<i>Consolidado</i>				
<u>Ativos financeiros</u>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	1.666.447	(6.472)	(3.963)	(1.465)
<u>Passivos financeiros</u>				
<i>Debêntures</i>				
- CDI	752.570	2.923	1.790	661
- IPCA	4.719.440	(30.611)	(53.619)	(76.626)
		(34.160)	(55.792)	(77.430)
Sem proteção				
<i>Controladora</i>				
<u>Ativos financeiros</u>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	1.002.865	(3.895)	(2.385)	(881)
<u>Passivos financeiros</u>				
<i>Financiamentos e Debêntures</i>				
- CDI	752.570	2.923	1.790	661
- IPCA	3.819.754	(18.507)	(32.398)	(62.018)
		(19.479)	(32.993)	(62.238)
Com proteção				
<i>Controladora e consolidado</i>				
<u>Passivos financeiros (dívida protegida)</u>				
<i>Empréstimos e financiamentos</i>				
- Libor	507.223	(550)	(1.237)	(1.924)
- Dólar	507.223	38.900	(78.181)	(195.261)
<u>Derivativos</u>				
Ponta ativa - Libor	(507.223)	550	1.237	1.924
Ponta ativa - Dólar	(507.223)	(38.900)	78.181	195.262
Ponta passiva - CDI	351.984	1.367	837	309
Efeito líquido		1.367	837	309
<u>Passivos financeiros</u>				
<i>Debêntures</i>				
- CDI	41.237	161	98	36
- IPCA	407.639	(643)	(1.124)	(1.603)
<u>Derivativos</u>				
Ponta ativa - CDI	(41.237)	(161)	(98)	(36)
Ponta passiva - IPCA	(407.639)	643	1.124	1.603
Efeito líquido		-	-	-

20.7 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia e suas controladas, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

20.8 Gestão de risco de liquidez

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas); (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Empréstimos, financiamentos e debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	-	26.327	846.586	2.648.446	4.418.762	7.940.121
Prefixada	806	1.608	7.149	18.120	-	27.683
Instrumentos financeiros derivativos	-	12.622	20.612	460.857	482.162	976.253
Consolidado	806	40.557	874.347	3.127.423	4.900.924	8.944.057
Pós-fixada	-	26.327	846.586	2.648.446	4.418.762	7.940.121
Prefixada	588	1.173	5.215	13.740	-	20.716
Instrumentos financeiros derivativos	-	12.622	20.612	460.857	482.162	976.253
Controladora	588	40.122	872.413	3.123.043	4.900.924	8.937.090

20.9 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia e de suas controladas ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia ou de suas controladas poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia e suas controladas podem depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia e suas controladas. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

20.10 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no período findo em 31 de março 2020.

20.10.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	31/03/2020	31/12/2019	Hierarquia do valor justo
Consolidado				
Títulos e valores mobiliários	6	1.467.614	2.341.814	Nível 2
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	5	198.833	81.805	Nível 2
Ativos financeiros		1.666.447	2.423.619	
Empréstimos e financiamentos	14	507.223	396.154	Nível 2
Debêntures	15	-	2.306	Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos	20.5	(154.384)	(42.836)	Nível 2
Passivos financeiros		352.839	355.624	

20.10.2 Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	Nota explicativa	31/03/2020		31/12/2019		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Consolidado						
Debêntures - Passivos financeiros	15	5.272.722	5.050.924	4.880.614	4.521.820	Nível 2
Controladora						
Debêntures - Passivos financeiros	15	4.484.809	4.270.288	4.113.935	4.290.726	Nível 2

Debêntures: A Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário próximo ao período de relatório, cujos valores justos foram mensurados com base em cotações.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21. LUCRO POR AÇÃO

	Controladora	
	31/03/2020	31/03/2019
Lucro líquido do exercício	364.187	159.582
Lucro líquido do exercício proporcional às ações ordinárias (1)	208.158	91.212
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (2) (*)	590.714	590.714
Lucro líquido do exercício proporcional às ações preferenciais (3)	156.029	68.370
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (4) (*)	442.783	442.783
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$ = (1) e (2) (**)	0,35238	0,15441
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$ = (3) e (4) (**)	0,35238	0,15441

(*) Quantidade em lotes de 1.000 ações. (**) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição da receita operacional líquida	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Remuneração do ativo de contrato de concessão	148.881	124.740	118.135	114.642
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	125.603	(2.380)	91.576	(6.339)
Operação e manutenção	161.252	145.918	145.611	134.969
Construção	315.391	111.768	1.088	7.978
Parcela variável (a)	(6.359)	869	(4.044)	1.079
Outras receitas	14.018	2.637	3.579	3.134
Receita operacional bruta	758.786	383.552	355.945	255.463
PIS e COFINS correntes	(21.936)	(20.040)	(16.949)	(17.073)
PIS e COFINS diferidos	(28.592)	(733)	49	4.563
ISS	(91)	(45)	(91)	(45)
Encargos setoriais (b)	(17.750)	(20.484)	(15.665)	(19.181)
Deduções da receita	(68.369)	(41.302)	(32.656)	(31.736)
Receita operacional líquida	690.417	342.250	323.289	223.727

(a) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A parcela variável pode ser classificada em *Não programada*, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em *Programada* quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão.

(b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Receita operacional bruta	758.786	383.552	355.945	255.463
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(366.786)	52.871	(66.092)	53.871
Receita operacional bruta tributável	392.000	436.423	289.853	309.334

23. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
- Remuneração direta	(20.483)	(17.664)	(18.484)	(16.767)
- Benefícios	(10.018)	(8.975)	(8.966)	(8.314)
- FGTS e INSS	(8.104)	(6.103)	(7.271)	(5.753)
Pessoal	(38.605)	(32.742)	(34.721)	(30.834)
- Custo de Construção	(185.571)	(60.154)	(194)	(4.193)
- O&M	(8.960)	(3.261)	(5.675)	(2.888)
- Outros	(320)	(55)	(245)	(37)
Materiais	(194.851)	(63.470)	(6.114)	(7.118)
Serviços de terceiros	(14.305)	(11.730)	(12.425)	(11.190)
Depreciação e amortização	(3.446)	(3.386)	(3.285)	(3.334)
Outros custos operacionais	(4.763)	(5.223)	(3.722)	(4.887)
Total custos e despesas	(255.970)	(116.551)	(60.267)	(57.363)

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos e despesas com serviços de terceiros: Custos com operação e manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação, vigilância e limpeza de faixa de servidão, e despesas com serviços de consultoria administrativa e jurídica, serviços gráficos, comunicação, manutenção de veículos, viagens e auditoria.

Custos com materiais: Custos de aquisição de materiais, serviços prestados e outros custos utilizados na fase de construção e na manutenção das linhas de transmissão.

Outros custos e despesas operacionais: Custos com aluguéis, seguros, despesas com taxas, contribuições, ganhos na alienação de bens, indenizações, doações, patrocínios e compensação ambiental.

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Rendimentos de aplicações financeiras	12.956	15.892	5.775	13.490
Receitas financeiras	12.956	15.892	5.775	13.490
Empréstimos e financiamentos				
- Juros incorridos	(3.348)	(3.847)	(3.245)	(3.469)
- Variação cambial	(111.280)	(9.208)	(111.280)	(9.208)
- Ajuste ao valor justo	508	6.290	508	6.290
	(114.120)	(6.765)	(114.017)	(6.387)
Debêntures				
- Juros incorridos	(66.556)	(39.843)	(55.848)	(38.547)
- Variações monetárias	(54.630)	(31.228)	(42.488)	(29.920)
	(121.186)	(71.071)	(98.336)	(68.467)
Instrumentos financeiros derivativos				
- Juros incorridos	(5.866)	(2.335)	(5.866)	(2.335)
- Variação cambial	111.280	9.208	111.280	9.208
- Ajuste ao valor justo	(12.954)	(6.290)	(12.954)	(6.290)
	92.460	583	92.460	583
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(142.846)	(77.253)	(119.893)	(74.271)
Arrendamento Mercantil	(730)	(763)	(696)	(746)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	(4.239)	(2.054)	(3.081)	(1.729)
Despesas financeiras	(147.815)	(80.070)	(123.670)	(76.746)
	(134.859)	(64.178)	(117.895)	(63.256)

Despesas financeiras atreladas às dívidas - por tipo	Consolidado		Controladora	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Juros incorridos	(75.770)	(46.025)	(64.959)	(44.351)
Variação monetária	(54.630)	(31.228)	(42.488)	(29.920)
Ajuste ao valor justo	(12.446)	-	(12.446)	-
	(142.846)	(77.253)	(119.893)	(74.271)

25. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 31 de março de 2020, 78% do quadro efetivo de empregados da Companhia e de suas controladas ATE III, MIR e JAN participavam do Plano Taesaprev (80% em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 13.

26. COMPROMISSOS ASSUMIDOSCompensação ambiental

Os contratos de execução de projetos de compensação ambiental, estão em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável. As compensações ambientais provisionadas pela Companhia e suas controladas estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar".

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

Operação e manutenção	Concessões
Realizada com recursos próprios	Taesa (TSN, Munirah, GTESA, Patesa, Novatrans, ETEO, STE, ATE, ATE II, NTE), ETEP (somente a manutenção da linha de transmissão), ECTE, ERTE (manutenção da LT e da SE de Castanhal e operação de toda a concessão), STC, LUMITRANS, EBTE, EATE (manutenção das LT's e da SE de Açailândia), ENTE (manutenção da SE de Açailândia e das LT's), ETSE, EDTE e BRAS.
Realizada pela Taesa	ATE III, MIR, SJT, SPT e LNT
Realizada pela Eletronorte	EATE (operação de toda a concessão e manutenção das SE's, exceto SE de Açailândia), ENTE (Manutenção das SE's Tucuruí e Marabá e a operação de toda concessão), ETEP (manutenção das subestações de Tucuruí e Vila do Conde e operação de toda concessão) e ERTE (manutenção de Vila do Conde e Santa Maria).
Realizada pela CEEE-GT e Eletrosul	ETAU
Realizada pela CEMIG GT	ESDE, SGT, Transleste, Transirapé e Transudeste (SE Juiz de Fora 1 e LT)
Realizada por Furnas	Transudeste (SE Itutinga)

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas a Companhia e suas controladas						
Empresa	Trecho	Licença para Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor	
Taesa (NVT)	Samambaia/DF - Imperatriz/MA	384/2004	06/09/2011	06/09/2021	IBAMA	
Taesa (TSN)	Serra da Mesa/GO - Sapeaçu/BA	287/2002	27/08/2018	27/08/2028	IBAMA	
Taesa (Munirah)	Camaçari II - Sapeaçu	2005-002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010		(b)
Taesa (Gtesa)	Goianinha - Mussurê SE Norfil	339/2003 742/2019	26/06/2015 01/04/2019	26/06/2025 30/03/2024	IBAMA	
	Paraíso - Açú	2015-093170/TEC/RLO-0872	28/04/2016	28/04/2019	IDEMA	(d)

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Licenças expedidas a Companhia e suas controladas						
Empresa	Trecho	Licença para Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor	
Taesa (Patesa)	Seccionamento Paraíso-Açu Lagoa Nova II	2014-072326 TEC/LS 0062	30/09/2016	19/08/2020		
Taesa (ETEO)	Taquaraçu – Sumaré	00026/2008	13/06/2008	13/06/2014	CETESB	(c)
Taesa (NTE)	Angelim - Campina Grande	349/2003	23/12/2015	23/12/2025	IBAMA	
	Xingó – Angelim	350/2003	23/12/2015	23/12/2025		
Taesa (ATE)	Londrina – Araraquara	492/2005	29/02/2012	29/02/2022		
Taesa (STE)	Uruguaiana - Santa Rosa	08827/2019	26/12/2019	31/03/2022	FEPAM	
Taesa (ATE II)	Colinas – Sobradinho	579/2006	01/02/2016	01/02/2026	IBAMA	
ATE III	Itacaiunas – Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012	IBAMA	(a)
	Marabá – Carajás	10275/2016	28/12/2016	17/12/2021	SEMAS/PA	
MIR	SE Palmas	3359/2019	11/07/2019	11/07/2024	NATURATINS	
	SE Miracema	3523/2019	16/07/2019	16/07/2024		
	Lajeado – Palmas	4149/2019	07/08/2019	07/08/2029		
	SE Lajeado	4174/2019	08/08/2019	08/08/2024		
	Miracema – Lajeado	5297/2019	02/09/2019	02/09/2029		
MAR	Itabirito II – Vespasiano II	160/2018	24/01/2019	21/12/2028	COPAM	
SPT	LT 230 SE Barreira II, SE Rio Grande II- Barreiras/São Desidério	10707/2017	06/11/2015	06/11/2020	INEMA	(b)
	LT 230 SE Gilbués, SE Bom Jesus, SE Eliseu Martins - PI	382/2016	16/06/2016	16/06/2020	SEMAR-PI	
SJT	LT 500 SE Gilbués II - SE São João do Piauí	381/2016	16/06/2016	16/06/2020	SEMAR-PI	
LNT	LT Currais Novos II - Lagoa Nova II	111138/2017	08/12/2017	08/12/2023		(e)
	SE Currais Novos II	129600/2018	28/12/2018	28/12/2024	IDEMA	

- (a) Renovação solicitada ao IBAMA e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97).
(b) O Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia (Decreto nº 11.235/08), isenta linhas de transmissão ou distribuição da renovação da Licença de Operação.
(c) Renovação solicitada à CETESB e válida até a sua manifestação.
(d) Renovação solicitada ao IDEMA e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97).
(e) Licença simplificada.

Licenças expedidas a controladas, controladas em conjunto e coligadas						
Empresa	Trecho	Licença Prévia nº	Licença de Instalação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor
JAN	LT 500 KV Bom Jesus da Lapa 2 - Janaúba 3 - Pirapora 2	-	1302/2019	11/07/2019	11/07/2025	IBAMA
SAN	LT 230kV Livramento 3 / Santa Maria 3	463/2019	-	20/12/2019	20/12/2024	FEPAM
	LT 230kV Livramento 3 / Alegrete 2	-	140/2020	08/04/2020	08/04/2025	FEPAM
	SE Maçambará 3	-	147/2019	17/10/2019	18/10/2024	FEPAM
	SE Livramento 3	-	152/2019	18/10/2019	21/10/2024	FEPAM
Paraguaçu	LT 500 kV Poções 3 - Padre Paraíso 2 C 2	-	1287/2019	07/05/2019	07/05/2021	IBAMA
Aimorés	LT 500 kV Padre Paraíso 2 - Governador Valadares 6 C2	-	1284/2019	18/04/2019	18/10/2021	IBAMA
Ivaí	LT 230 KV Sarandi – Paranavaí Norte CD	-	23606/2019	18/06/2019	18/06/2023	IAP
	SE 230/138kV - Paranavaí Norte	-	23563/2019	01/05/2019	01/05/2023	IAP
	SE SARANDI 230kV/525kV	-	23550/2019	11/04/2019	11/04/2023	IAP
	SE LONDRINA 525Kv	-	23634/2019	05/08/2019	05/08/2023	IAP
	SE GUAÍRA 525Kv/230kV	-	23649/2019	20/08/2019	20/08/2021	IAP
	SE FOZ DO IGUAÇU 525kV	-	23636/2019	06/08/2019	06/08/2023	IAP
	LT 525kV GUAÍRA – SARANDI – CD	-	23754/2019	20/12/2019	20/12/2021	IAP
	LT 525KV FOZ DO IGUAÇU – GUAÍRA	-	23737/2019	09/12/2019	09/12/2021	IAP
	LT 525Kv SARANDI – LONDRINA	-	23648/2019	20/08/2019	20/08/2023	IAP
ESTE	LT 500 KV SE Mesquita - SE João Neiva 2	-	1316/2019	15/10/2019	15/10/2023	IBAMA

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Solicitação de pagamento referente ao vencimento antecipado de Carta de Fiança Bancária - Em 29 de junho de 2017, a Companhia interpôs Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial em face ao Banco Votorantim, sob o nº 1062838-60.2017.8.26.0100, objetivando o recebimento do montante de R\$30.000, referente ao vencimento antecipado da Carta de Fiança Bancária emitida, para garantia do contrato de compra e venda de ações celebrado com a Abengoa (MADRI II). A sentença extinguiu o processo, sem resolução de mérito, acolhendo a preliminar de convenção de arbitragem alegada pelo Banco Votorantim, ao argumento de que os efeitos da cláusula compromissória do contrato principal se estenderiam ao contrato de fiança. Em 31 de março de 2020 o processo estava aguardando o julgamento no Superior Tribunal de Justiça.

COVID-19

Desde o início da crise decorrente da pandemia do COVID-19, a Taesa vem adotando série de medidas com vistas a preservação de seus colaboradores, bem como minimizar quaisquer impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. Dentre as ações aplicadas estão:

Na parte Corporativa:

- Criação de Comitê de Crise com a presença dos Diretores e Gerentes;
- Criação do Comitê de Gestão de Fornecedores, para garantir a continuidade da operação e andamento das obras;
- Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores e seus parentes sobre o novo Coronavírus;
- Adoção de home office (exceto para operação e manutenção – plano contingencial) – 100% dos escritórios em home office, quase 400 colaboradores, desde 17/03/2020;
- Desenvolvimento de uma página web para que os colaboradores, juntamente com seus parentes, reportem possíveis sintomas da doença e possam ser monitorados e orientados de perto pela Rede D'Or;
- Cancelamento de viagens (exceto projetos em construção e atividades operacionais) e substituição por videoconferências;
- Cancelamento de participação em eventos;
- Vacinação contra a gripe influenzao.

Na parte de Operação e Manutenção:

- Criação e execução de plano de contingência para o Centro de Operação e Controle (COC-Taesa e COC-Backup):
 - Redução e revezamento dos times que atuam na sala de controle principal;
 - Ações de acionamento de backup (sala e equipes) em caso de contaminação;
 - Equipe de backup em isolamento e pronta para atendimento;
 - 3ª (sala de treinamento) e 4ª (acionamento pelas regionais) alternativas de backup, se necessário;
- Utilização dos Decretos Federais 10.282/20 e 10.292/20 – vedam a restrição de circulação de trabalhadores que possa afetar serviços públicos essenciais para realização das manutenções;

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- Intervenções de grande porte com apoio externo sendo replanejadas;
- Ação junto a ONS para programação de manutenções necessárias;
- Realização somente de intervenções com recursos locais.

Na parte financeira:

- Todas as captações para financiar os investimentos de 7 empreendimentos em construção foram realizadas antes do início da crise;
- Considerando o contexto atual dos mercados de capitais mundiais, em especial, o mercado de capitais brasileiro, concluímos três captações no dia 15/04/2020, no valor agregado de R\$900 milhões, com o objetivo reforçar a posição de caixa da Companhia e amortização das dívidas que vencem no segundo semestre do corrente ano.

Na parte dos projetos em construções:

- Recebimento de notificações de empresas terceirizadas relatando dificuldades em manter ritmo de trabalho nas obras, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 25/03;
- Utilização dos Decretos Federais 10.282/20 e 10.292/20 – vedam a restrição de circulação de trabalhadores que possa afetar serviços públicos essenciais para realização das obras;
- Até a presente data não há indícios de descumprimento do prazo ANEEL para a conclusão das obras.

Diante das ações adotadas e da evolução de nossas atividades, podemos afirmar que até a presente data não existe nenhum impacto relevante que possa comprometer financeiramente e economicamente a Companhia.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação da Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2019 – A AGO de 30 de abril de 2020 aprovou a destinação do Lucro Líquido de 2019 descrito na nota explicativa nº 17 – Patrimônio Líquido. Os dividendos adicionais propostos a pagar no valor de R\$61.762 serão pagos no dia 15 de maio de 2020 com base na posição acionária de 06 de maio de 2020.

Aumento de capital em controlada – Em 16 de abril de 2020 a AGE da Companhia aprovou o aumento de capital R\$7.000 na controlada Mariana.

Captações de recursos:

(i) 9ª emissão de debêntures - Em 08 de abril de 2020 foi concluída a captação de recursos de longo prazo da Companhia no valor total de R\$450.000, através da emissão de 450.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, taxa de juros CDI + 2,85% a.a., vencimento 08 de abril de 2022, pagamento total do principal no vencimento.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(ii) CCB - Bradesco - Em 08 de abril de 2020 foi concluída a captação de recursos de curto prazo da Companhia no valor total de R\$100.000, taxa de juros CDI + 2,5505%. a.a., vencimento 08 de abril de 2021, pagamento do principal em uma única parcela na data de vencimento.

(iii) CCB - Citibank - Em 15 de abril de 2020 foi concluída a captação de recursos de longo prazo da Companhia no valor total de R\$350.000, taxa de juros CDI + 2,85%, vencimento 14 de abril de 2022, pagamento de principal em uma única parcela na data de vencimento.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Diretores	Cargo
Raul Lycurgo Leite	Diretor Presidente
Marcus Pereira Aucélio	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
José Aloise Ragone Filho	Diretor de Negócios e Gestão de Participações
Raul Lycurgo Leite	Diretor Jurídico e Regulatório
Cargo Vago	Diretor de Implantação

Conselho de Administração	
Titulares	
José Maria Rabelo (CEMIG)	
Antônio Dirceu Araújo Xavier (CEMIG)	
Daniel Faria Costa (CEMIG)	
Paulo Mota Henriques (CEMIG)	
José João Abdalla Filho (CEMIG)	
Bernardo Vargas Gibsone (ISA)	
César Augusto Ramírez Rojas (ISA)	
Fernando Augusto Rojas Pinto (ISA)	
Fernando Bunker Gentil (ISA)	
Carlos da Costa Parcias Junior (membro independente)	
François Moreau (membro independente)	
Celso Maia de Barros (membro independente)	
Hermes Jorge Chipp (membro independente)	

Conselho Fiscal	
Titulares	Suplentes
Custódio Antonio de Mattos (CEMIG)	Eduardo José de Souza (CEMIG)
Júlia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna (CEMIG)	Luiz Felipe da Silva Veloso (CEMIG)
Manuel Domingues de Jesus e Pinho (ISA)	João Henrique de Souza Brum (ISA)
Murici dos Santos (acionistas minoritários ordinaristas)	Renato Venícius da Silva (acionistas minoritários ordinaristas)
Marcello Joaquim Pacheco (acionistas minoritários preferencialistas)	Alberto Jorge Oliveira da Costa (acionistas minoritários preferencialistas)

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2020.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Pia Leocádia de Avellar Peralta

Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a “Companhia”), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2020, findo em 31 de março de 2020, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2020.

Raul Lycurgo Leite

Diretor Presidente, Jurídico e Regulatório

Marcus Pereira Aucélio

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Resende Faria

Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das informações trimestrais referentes ao 1º trimestre de 2020, findo em 31 de março de 2020, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2020.

Raul Lycurgo Leite

Diretor Presidente, Jurídico e Regulatório

Marcus Pereira Aucélio

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Resende Faria

Diretor Técnico